

A faint, light gray map of Lisbon, Portugal, serves as the background for the entire page. It shows the city's layout, including the Tagus River, major roads, and various urban areas. The map is oriented with the river at the bottom and the city center towards the top.

Projetos de qualificação do território [1998 - 2023]

ESPAÇO PÚBLICO

ÁREA
METROPOLITANA
LISBOA

/ as infraestruturas verdes e azuis

João Rafael Santos e Ana Beja da Costa (coord.)



MetroPublicNet

uma rede metropolitana de espaço público
como suporte da cidade robusta, descarbonizada e coesa

FICHA TÉCNICA:

título: *Espaço Público. Área Metropolitana de Lisboa. Projetos de qualificação do território [1998 - 2023] - As Infraestruturas Verdes e Azuis*

coordenação: João Rafael Santos, Ana Beja da Costa

data de edição: Março 2023

textos: João Rafael Santos, Ana Beja da Costa, Ariana Marques da Silva, Maria Manuela da Fonte, João Silva Leite

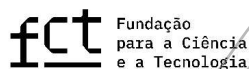
design gráfico: Ariana Marques da Silva, Ana Beja da Costa, José Duarte

conteúdos gráficos: Ariana Marques da Silva, José Duarte, Tomás Nunes, Eduardo Leitão, Francisco Janeiro, Matteo Capelo, Nicoleta Banari, Nicole Rodrigues, Ana Beja da Costa, João Rafael Santos

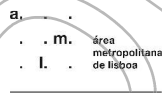
créditos das imagens: © MetroPublicNet

ISBN: XXX-XXX-XXX.XXX-X 1/3

Financiamento



Apoio Institucional



Instituições participantes



Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/ART-DAQ/0919/2020 (MetroPublicNet: Construir os fundamentos de uma Rede Metropolitana de Espaço Público como suporte da cidade robusta, descarbonizada e coesa: Projetos, lições e perspetivas em Lisboa).

Projetos de qualificação do território [1998 - 2023]

ESPAÇO PÚBLICO

ÁREA METROPOLITANA LISBOA

/ as infraestruturas verdes e azuis





O PROJETO METROPUBLICNET

○ Projeto	6
○ Plano de Investigação	6
Uma cartografia dinâmica para a AML	7
Três desafios, três racionalidades	10
Vinte e quatro casos de estudo	11

RESILIÊNCIA E ROBUSTEZ AMBIENTAL

As infraestruturas Verdes e Azuis	18
-----------------------------------	----

CASOS DE ESTUDO

01. Frente Ribeirinha de Alcochete Alcochete	24
02. Parque da Sobreda e Bosque Lusitano Almada e Seixal	36
03. Eixo Verde e Azul Amadora, Oeiras e Sintra	52
04. Frente Ribeirinha de Lisboa Lisboa	68
05. Praias da Foz do Lizandro e de Ribª d’Ilhas Mafra	98
06. Parques da Ribeira de Coina Sesimbra	118
07. Parque Linear Algueirão - Mem Martins Sintra	132
08. Vale de Santa Sofia Vila Franca de Xira	144



o projeto

MetroPublicNet

Construir os fundamentos de uma Rede Metropolitana de Espaço Público como suporte da

O **MetroPublicNet** é um projeto de investigação financiado pela FCT, iniciado em março de 2021 e com uma duração de três anos, com o objetivo de explorar a experiência de qualificação do espaço público na Área Metropolitana de Lisboa desde 1998. Com esse objetivo, desenvolve uma leitura crítica das múltiplas intervenções, das suas lógicas, objetivos e resultados, equacionando, como hipótese e argumento central, que uma perspetiva metropolitana pode proporcionar respostas mais integradas, robustas e coesas aos desafios da resiliência ambiental, da mobilidade de baixo carbono e da coesão territorial.

O enquadramento temporal do projeto (1998-2023) e o seu foco espacial (Área Metropolitana de Lisboa) proporcionam um campo de grande riqueza e diversidade de experiências. Trata-se de um período durante o qual se evidenciou uma progressiva transição de uma lógica metropolitana assente na expansão urbana para um modelo orientando para uma maior compacidade e baseado na regeneração urbana; por outro lado, a AML

tem-se sido um verdadeiro laboratório de aplicação de várias políticas de desenvolvimento urbano, nomeadamente as que enquadram a aplicação de fundos comunitários, colocando-se a necessidade de uma leitura e interpretação críticas para futuros ajustamentos e recomendações.

O Plano da investigação do MetroPublicNet assenta no desenvolvimento sequencial de quatro etapas, em permanente interação com o seu objeto e núcleo conceptual - uma Rede Metropolitana de Espaço Público -, e em comunicação contínua, aberta e interativa com parceiros e a sociedade:

1. Mapear e identificar:

Base de dados abrangente, sistematizada (tipos, escalas, financiamento, quadros institucionais), aberta, on-line e georreferenciada dos projetos de espaço público desenvolvidos na AML (1998-2023);

2. Caracterizar e compreender:

Foco sobre características e processos de casos de estudo relevantes;

cidade robusta, descarbonizada e coesa: Projetos, lições e perspectivas em Lisboa

3. Analisar e discutir:

Avaliação multidisciplinar e com vários atores sobre as racionalidades dos projetos de espaço público e suas sinergias e impacto na robustez ambiental, na mobilidade de baixo carbono e na coesão territorial;

4. Projeto e recomendações:

Contributo prospetivo materializado num quadro de ferramentas de projeto territorial constituído por: a) recomendações e orientações de política; b) exercício de projeto territorial e idealização de cenários espacializados de uma potencial Rede Metropolitana de Espaço Público. Este exercício realiza-se em vários formatos, com um forte envolvimento de estudantes de arquitetura, urbanismo, arquitetura paisagista e planeamento do território, e de parceiros institucionais.

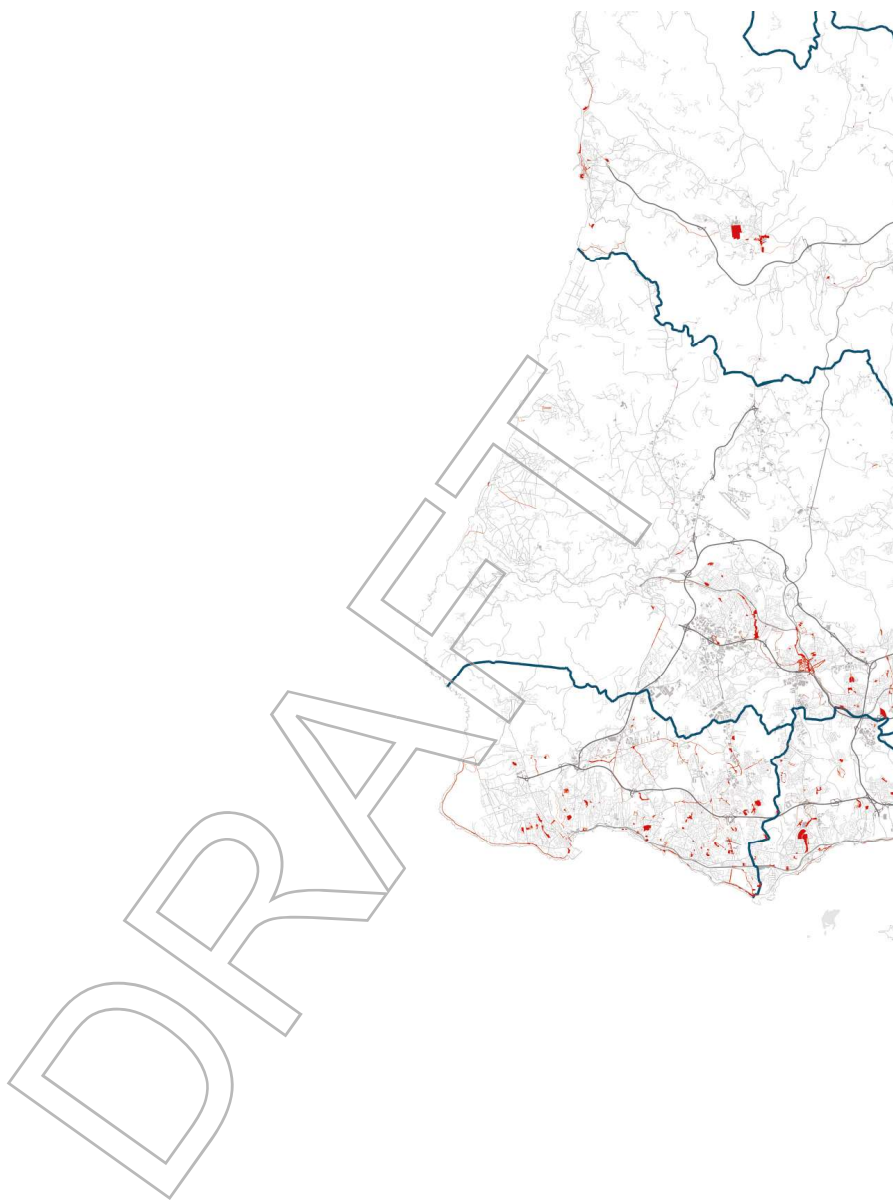
Uma cartografia dinâmica para a AML

O projeto MetroPublicNet desenvolve uma base de dados sistematizada de projetos de espaço público implementados na AML

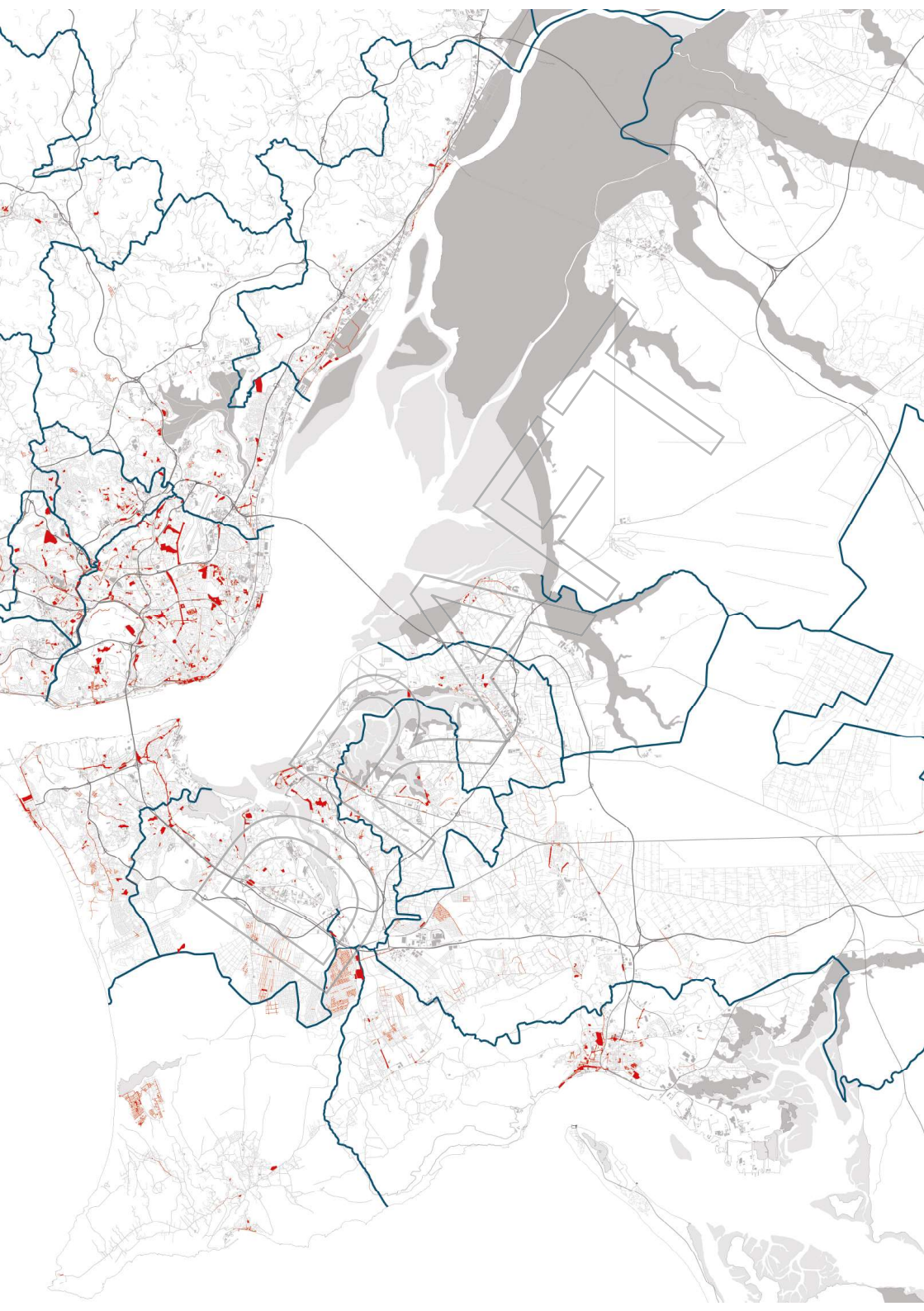
desde 1998, constituindo um recurso central para a investigação e discussão crítica. Nesta base, foram identificadas cerca de um milhar de intervenções compreendidas entre 1998 e 2023, num processo dinâmico e em aberto para futuras incorporações.

Como base para a recolha e sistematização de intervenções, definiu-se uma classificação tipológica que traduz uma diversidade assinalável de lógicas e configurações espaciais, nomeadamente:

- Requalificação de praças e espaços de exceção;
- Requalificação de ruas e estradas;
- Requalificação das frentes ribeirinhas, zonas costeiras e de sensibilidade ambiental;
- Criação ou requalificação de espaços verdes;
- Intervenção relacionada com infraestruturas verdes e/ou gestão da água;
- Intervenção relacionada com a introdução de vias e interfaces de transportes públicos;
- Intervenção relacionada com a organização do estacionamento.



Mapeamento de intervenções em Espaço Público
na Área Metropolitana de Lisboa entre 1998 e 2023





Três desafios, três racionalidades

Em territórios extensivos confrontados com problemas de fragmentação ecológica, dispersão urbana e mobilidade ineficiente, como é o caso da AML, é necessária uma visão metropolitana para articular vários sistemas e promover uma distribuição mais equilibrada de recursos e oportunidades. Esta escala é fundamental para estruturar coerentemente redes sinérgicas, contínuas e conectadas, como as de infraestrutura verde, transporte e equipamentos urbanos. O mesmo se aplica ao espaço público: como estrutura trans-escalar e multidimensional, possibilita a interligação e integração dessas redes, promovendo respostas sinérgicas a grandes **desafios emergentes**:

1) a resiliência e a robustez ambiental

2) a mobilidade sustentável e de baixo-carbono

3) a inclusão e a coesão territorial

Embora reconhecendo a complexidade do espaço público, o projeto envolve três racionalidades associadas à utilização integrada e sustentável dos recursos territoriais:

1) infraestruturas verdes e azuis, que estão presentes em projetos relacionados com soluções baseadas na natureza, corredores verdes, frentes ribeirinhas, gestão de inundações, projeto urbano sensível à água, agricultura urbana e adaptação às alterações climáticas;

2) caminhabilidade e mobilidade ativa, promovidas através de projetos relacionados com o desenvolvimento orientado para o transporte (TOD), a integração espacial das infraestruturas ferro e rodoviárias e a promoção de percursos pedonais e cicláveis acessíveis, em articulação com o controlo de tráfego e soluções de estacionamento;

3) bairros conectados e coesos, como objetivo de projetos multifuncionais, direcionados para a oferta de infraestruturas e amenidades urbanas e para a promoção da vitalidade comercial e do convívio social, especialmente, mas não só, em zonas economicamente desfavorecidas, bairros de habitação social, assentamentos precários e áreas envolventes a novos equipamentos locais.

A implementação de projetos de espaço público ao abrigo destas racionalidades requer uma abordagem sistémica que se relacione com outras redes metropolitanas (ecológicas, de transporte, de equipamentos), constituindo uma oportunidade e um instrumento potencial para melhor responder aos desafios atuais dos territórios metropolitanos.

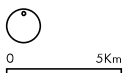
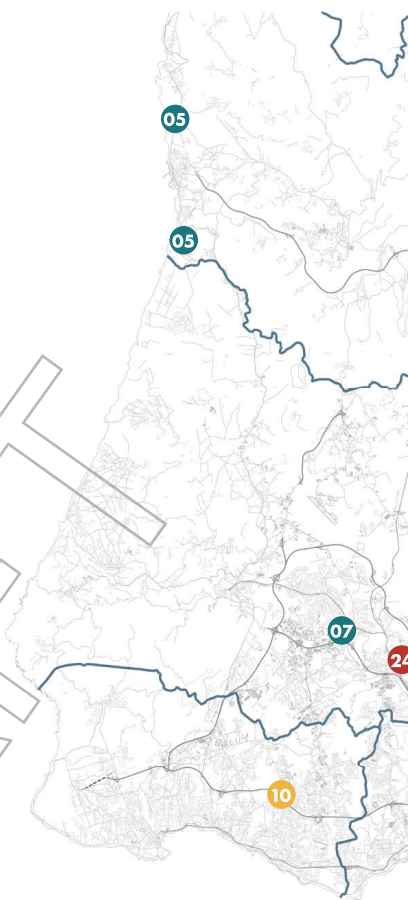
Vinte e quatro casos de estudo

Apresenta-se uma seleção de projetos de qualificação do espaço público, caracterizados como casos de estudo associados às três racionalidades que estruturam a investigação MetroPublicNet. Do conjunto de quase um milhar de intervenções identificadas, selecionaram-se vinte e quatro projetos representativos da diversidade tipológica, programática, de financiamento e de posicionamento territorial. A seleção baseou-se na combinação de sete critérios principais:

- diversidade em termos de localização, escolhendo pelo menos uma intervenção por cada um dos 18 municípios da AML;
- diversidade tipológica, retratando diversos tipos de intervenção (ruas; praças; parques verdes, frentes ribeirinhas, etc.) em diversos contextos de inserção urbana;
- diversidade temporal, com exemplos que retratem o período em estudo;
- diversidade de lógicas de financiamento e promoção (de âmbito municipal; de âmbito da administração central; como cedência de operações de promoção privada; com financiamento da UE, etc.)
- diversidade de complexidade espacial e programática, evidenciando intervenções de relativa simplicidade a par de outras mais complexas e de maior dimensão;
- relevância do ponto de vista do potencial de transformação incremental, ou seja, da sua capacidade de alargamento, continuidade e articulação territorial faseada;
- relevância como demonstração de abordagens recorrentes em cada uma das três racionalidades da investigação.

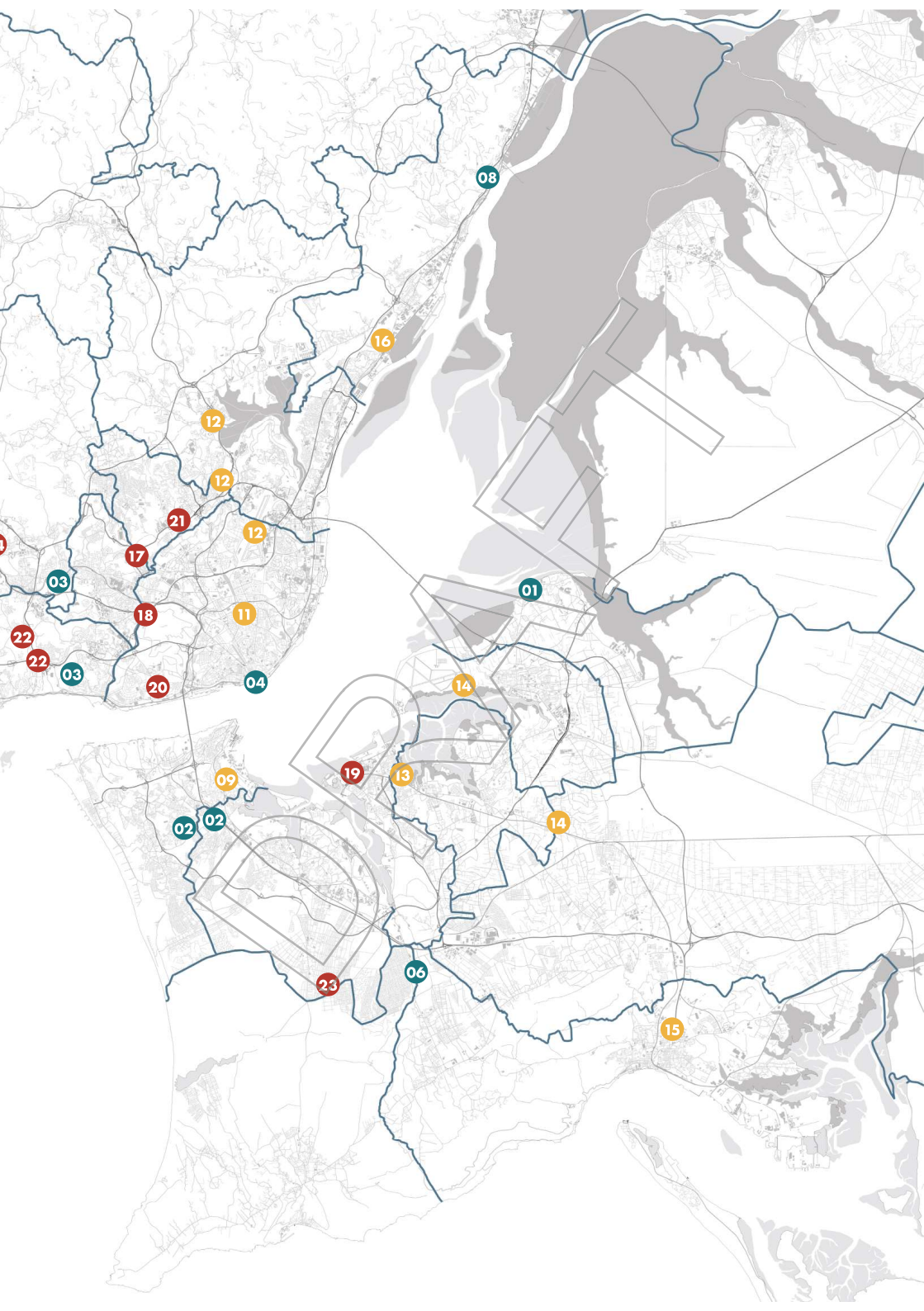


DRAFT



Localização dos vinte e quatro casos de estudo na Área Metropolitana de Lisboa

- 00 Caso de estudo - *As Infraestruturas Verdes e Azuis*
- 00 Caso de estudo - *Caminhabilidade e Mobilidade Ativa*
- 00 Caso de estudo - *Bairros Conectados e Coesos*





Cada caso foi interpretado em função da sua relação urbana e territorial,

podendo incluir mais do que uma intervenção ou projeto. Para cada caso, para além de um desenho de enquadramento e localização territorial e delimitação do caso de estudo no contexto urbano, desenvolveram-se vários desenhos segundo uma pauta gráfica comum e transversal, permitindo descodificar e comparar as diversas intervenções em função de um conjunto de sistemas urbanos e territoriais que coexistem e constituem o espaço público:

- **equipamentos coletivos e elementos de referência**, tanto relacionados com as vivências quotidianas, como com valores patrimoniais e identitários.

- **estrutura verde e azul**, realçando as diversas tipologias de zonas verdes, nomeadamente as áreas e eixos arborizados, áreas verdes dedicadas à

fruição pública, áreas agrícolas, até às mais naturalizadas, de uso florestal; e zonas húmidas e inundáveis, linhas e planos de água que desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio ecológico da paisagem.

- **mobilidade**, estabelecendo a relação entre as intervenções de qualificação de espaço público e os diferentes modos de transporte coletivo, respetivas interfaces, e os sistemas de mobilidade suave.

- **porosidade** do piso térreo, revelando as relações de reciprocidade entre o espaço público e o espaço construído (comércio, serviços e equipamentos públicos) numa perspetiva de ativação das dinâmicas socioespaciais.

- **perfis**, identificando as alterações ocorridas: em casos associados à alteração do perfil transversal de vias e arruamentos.

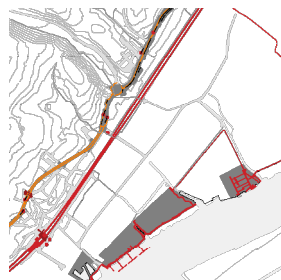
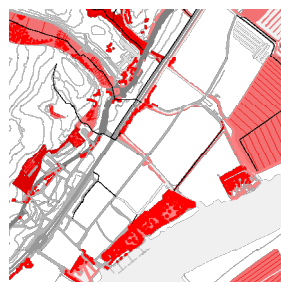
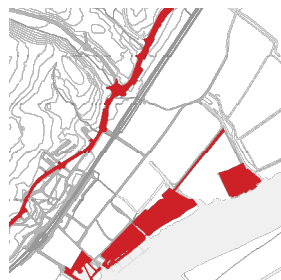
Área de intervenção

Equipamentos coletivos e elementos de referência

Estrutura Verde e Azul

Mobilidade

Porosidade









as infraestruturas verdes e azuis

Resiliência e robustez ambie

As infraestruturas verdes e azuis assumem um papel relevante em contexto metropolitano, perante os desafios relacionados com a densificação e extensão de territórios de ocupação urbana. Estas consistem em redes funcionais de paisagem que são fundamentais para a manutenção de fluxos de biodiversidade, água e energia, essenciais à resposta aos desafios relacionados com a manutenção e reforço da sustentabilidade, resiliência, e capacidade de respostas adaptativas a eventos de risco, climáticos ou outros, nomeadamente os riscos relacionados com as alterações climáticas em meio urbano. As infraestruturas verdes e azuis são redes de paisagem que se pretendem funcionalmente integradas e apoiadas por infraestruturas híbridas ou construídas, com a capacidade de proporcionar funções múltiplas e complementares às populações.

Muitas das intervenções de requalificação de espaço público da AML têm vindo a ser definidas dentro de estratégias de planeamento e conceção proativa que

reconhecem a complexidade das interações sócio-ecológicas inerentes às infraestruturas verdes e azuis, que contribuem para a resiliência urbana. O espaço público, enquanto parte integrante (e integradora) destas infraestruturas, enquadra-se na sua base multifuncional, demonstrando o potencial para redefinir a estética, a identidade cultural e o significado da paisagem urbana. Nesse âmbito, observando as intervenções de requalificação do espaço público implementadas na Área Metropolitana de Lisboa desde 1998, identificam-se cinco formas principais de integração das infraestruturas verdes e azuis:

- **A estruturação de parques lineares** ao longo das margens de ribeiras, com a regularização de linhas de água, modelação das margens e (re)introdução de vegetação ripícola adaptada e agora tornadas acessíveis. Estas operações têm consertado a integração de linhas de água como dispositivos para gestão de cheias, como corredores de biodiversidade e como espaços de fruição pública

[02] [03] [05] [06]

ntal

- **A requalificação incremental das frentes ribeirinhas**

urbanas, onde se associam obras infraestruturais, que reforçam tanto a capacidade destas áreas para comportar eventos climáticos extremos, como a capacidade de comportar e a subida do nível das águas do mar. As obras de renovação destes espaços públicos, permitem a acessibilidade e o contacto permanente com a frente de rio, reforçando estas zonas como destino turístico e como tema na memória coletiva das populações circundantes do Tejo [01] [04]

- **A implementação de Parques Urbanos,**

cujos desenhos reforçam as aptidões ecológicas de zonas de vales, encostas declivosas, bem como zonas de cabeceira, adicionando novas áreas florestadas, a manutenção de leitos de cheia de linhas de água com novos percursos de acesso público, associados a espaços de lazer, desporto e estadia em proximidade com os tecidos urbanos circundantes

[05] [06]

- **A qualificação das frentes marítimas**

associadas a praias como pólos preferenciais de lazer e turismo, com dotação de áreas de estacionamento ordenado, apoios de praia e infraestruturas, e acessibilidades de mobilidade suave, projectados de forma coordenada tendo em vista a proteção dos ecossistemas costeiros e ribeirinhos sensíveis [07]

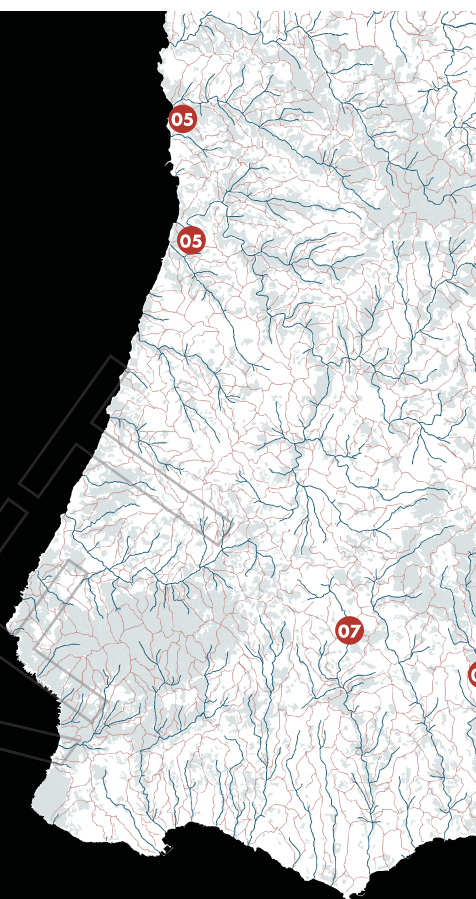
- **A produção agrícola**

tem sido a motivação de obras de qualificação de algumas várzeas e leitos de cheia, bem como de terrenos vagos previamente apropriados pelas populações para o efeito [08]

○ reforço e ampliação das infraestruturas verdes e azuis estende-se também a outras obras de requalificação de espaço público, onde a introdução de arborização em praças e vias, de escolha de materiais que favoreçam as dinâmicas naturais da água, de aumento de áreas permeáveis e com vegetação permitem que o espaço público não seja só um espaço de fluxos sociais e culturais, mas também de fluxos ecológicos e de biodiversidade.



DRAFT



0 5Km



Localização dos casos de estudo



Linhas de água



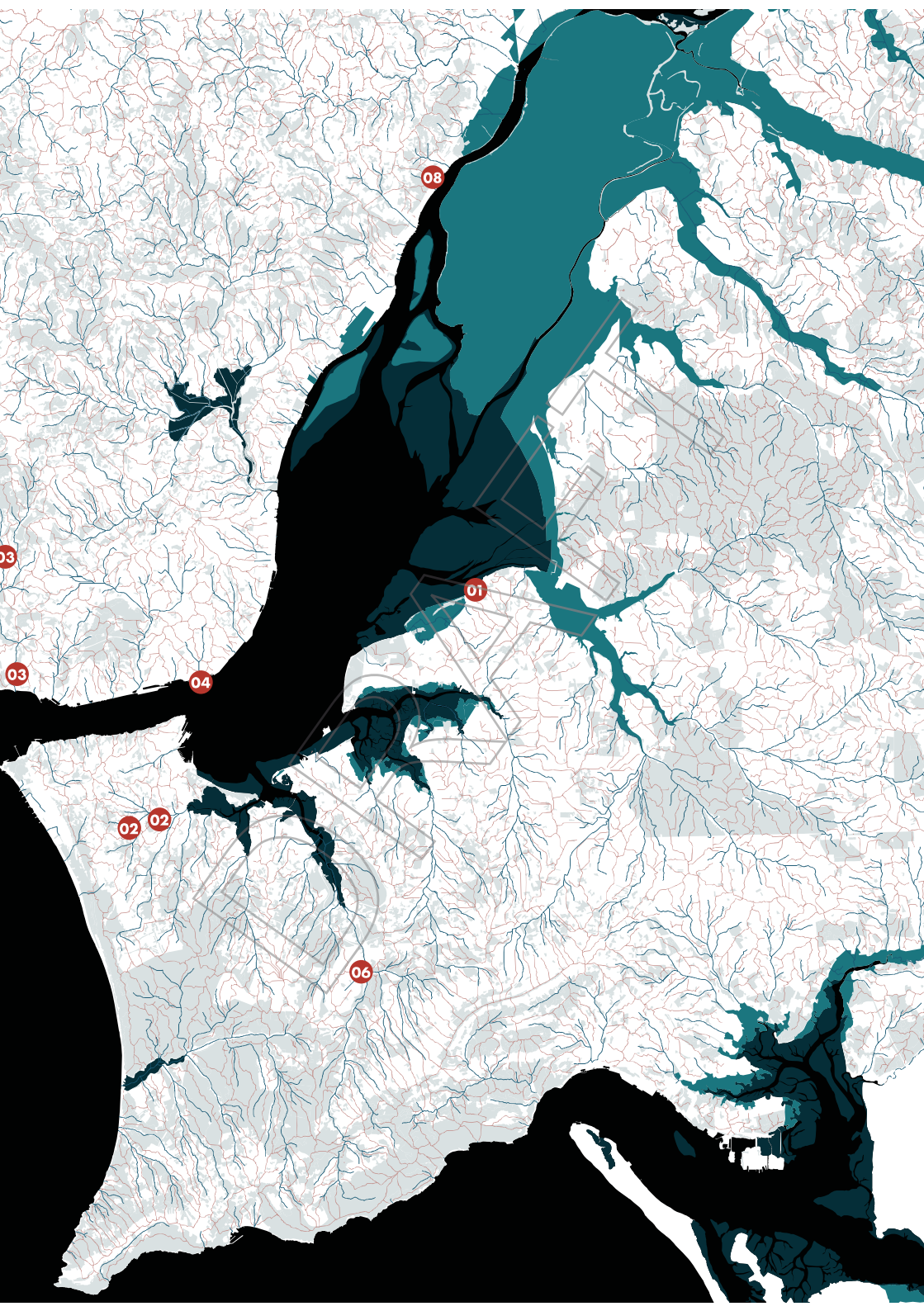
Linhas de fecho



Zonas intermarés e inundáveis

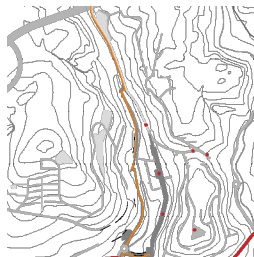
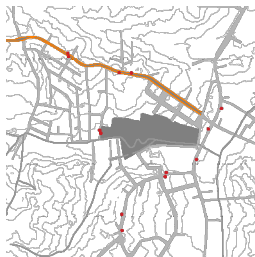
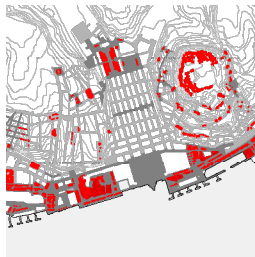
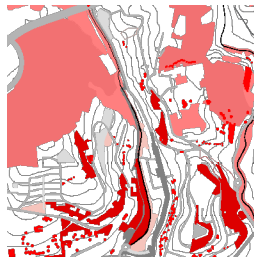
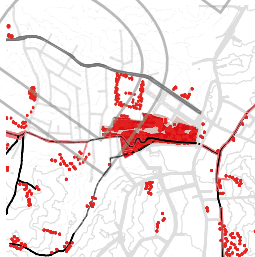
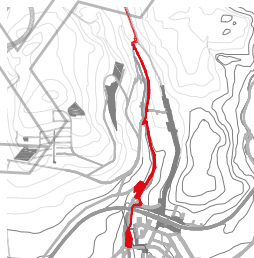


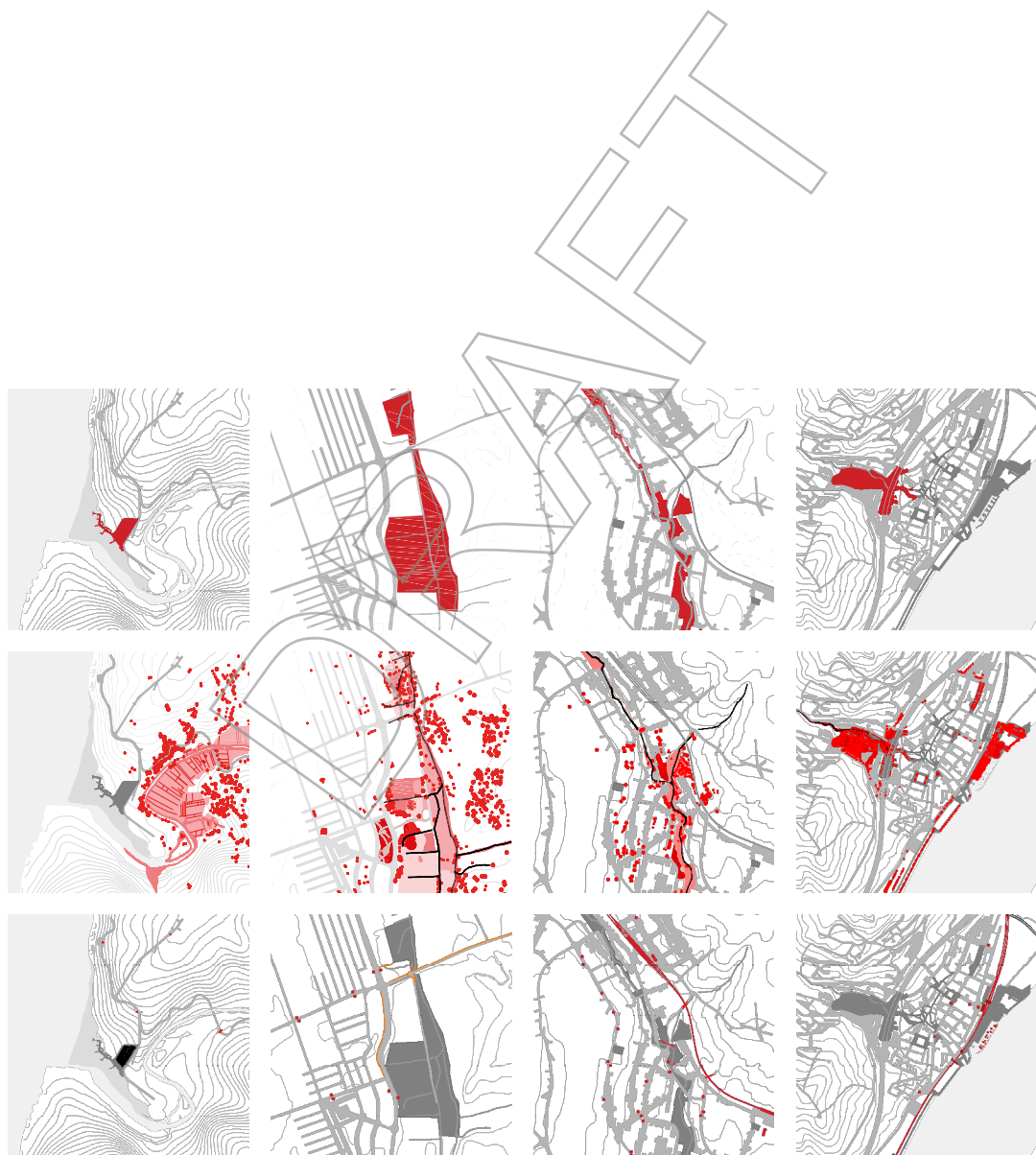
Solos permeáveis associados a matos e florestas

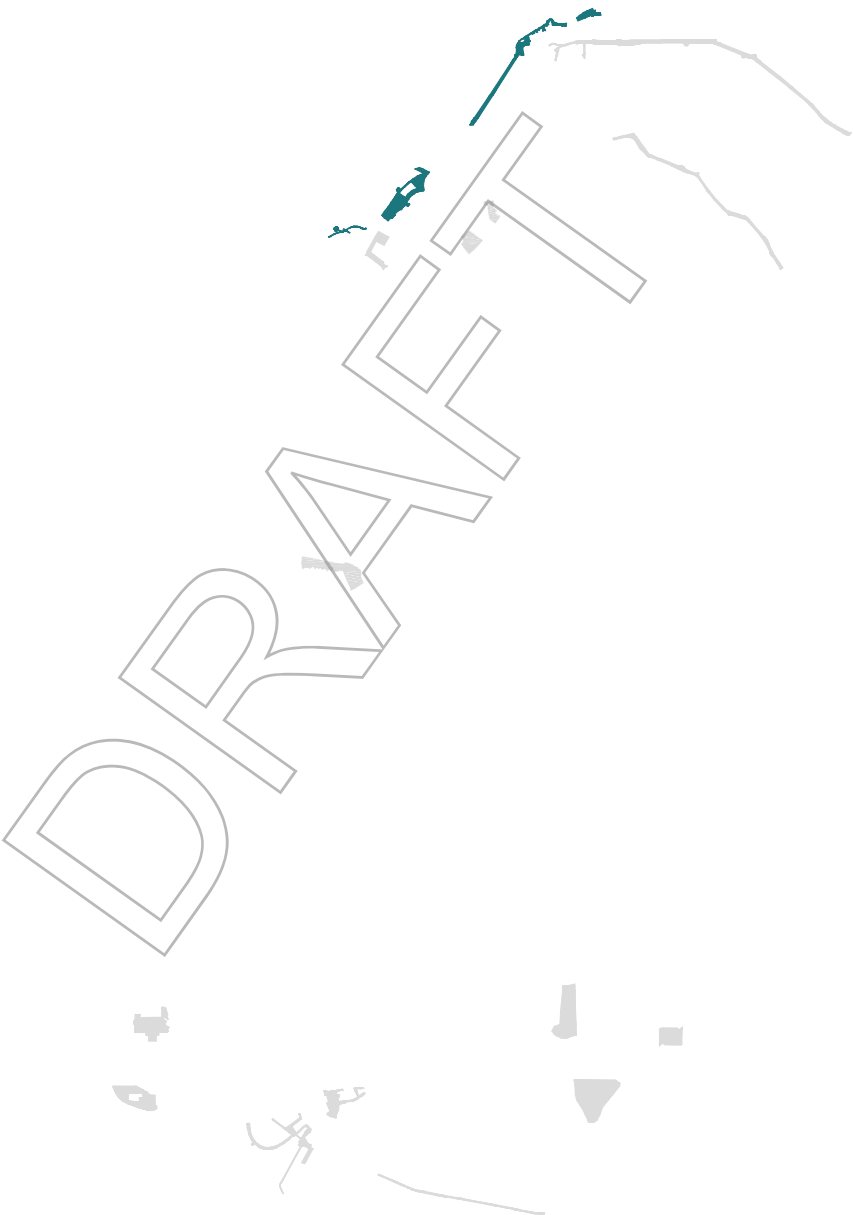


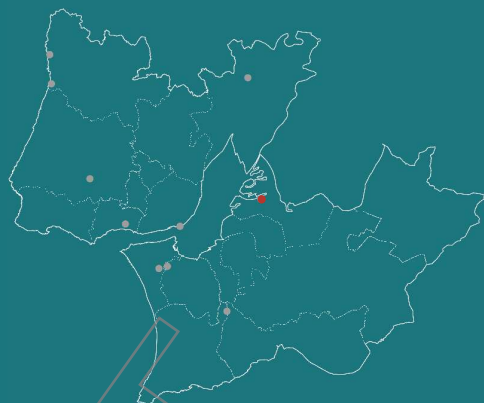
- | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

Área de intervenção
Estrutura Verde e Azul
Mobilidade









01

FRENTE RIBEIRINHA DE ALCOCHETE

ALCOCHETE

Município(s): Alcochete

Equipa(s) projetista(s): Arq.º Paisagista Sidónio Pardal (Requalificação da Av. Dom Manuel, Rua do Norte e Miradouro Amália Rodrigues)

Promotor(es): Câmara Municipal de Alcochete (Requalificação da Frente Ribeirinha da Praia dos Moinhos; Requalificação da Rua do Norte e Largo da Misericórdia; Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues); APL (Requalificação da Av. Dom Manuel I, componente marítima); Promotor privado (Construção de Passadiços e Qualificação da Praia dos Moinhos)

Investimento: 836 238€ (Requalificação da Av. Dom Manuel I, componente marítima); 535 810€ (Requalificação da Rua do Norte e Largo da Misericórdia); 685 815€ (Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues)

Datas-chave: 2010 (Requalificação da Frente Ribeirinha da Praia dos Moinhos); 2014 (Requalificação da Av. Dom Manuel I, componente marítima; Requalificação da Rua do Norte e Largo da Misericórdia); 2017 (Construção de Passadiços e Qualificação da Praia dos Moinhos); 2021 (Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues)

A valorização da diversidade da paisagem estuarina na frente ribeirinha de Alcochete

Com a diminuição do tráfego fluvial e da atividade salineira e piscatória, a par de uma clara integração nas dinâmicas de urbanização da área metropolitana, em especial desde a construção da Ponte Vasco da Gama em 1998, o perfil funcional da vila de Alcochete altera-se significativamente, assistindo-se à expansão residencial e à valorização das atividades de lazer, hotelaria e restauração. Nesse contexto, a frente ribeirinha foi objeto de um conjunto de intervenções que, de forma incremental e articulada de forma contínua, visaram não só responder à nova conjuntura, mas também responder a desafios mais alargados, como a valorização do património urbano e paisagístico comum às frentes ribeirinhas ao largo do estuário do Tejo, num processo que se vem verificando também em localidades vizinhas; a adaptação às alterações climáticas, e a eventos frequentes de tempestade e subsequente erosão, bem como à subida do nível médio das águas do mar; a articulação entre espaços mais formalizados e de intervenção mais pesada, como a frente da Av. Dom Manuel I, e espaços mais naturalizados, como a Praia dos Moinhos, promovendo a acessibilidade, o usufruto e o contacto contínuos de diferentes situações de paisagem.



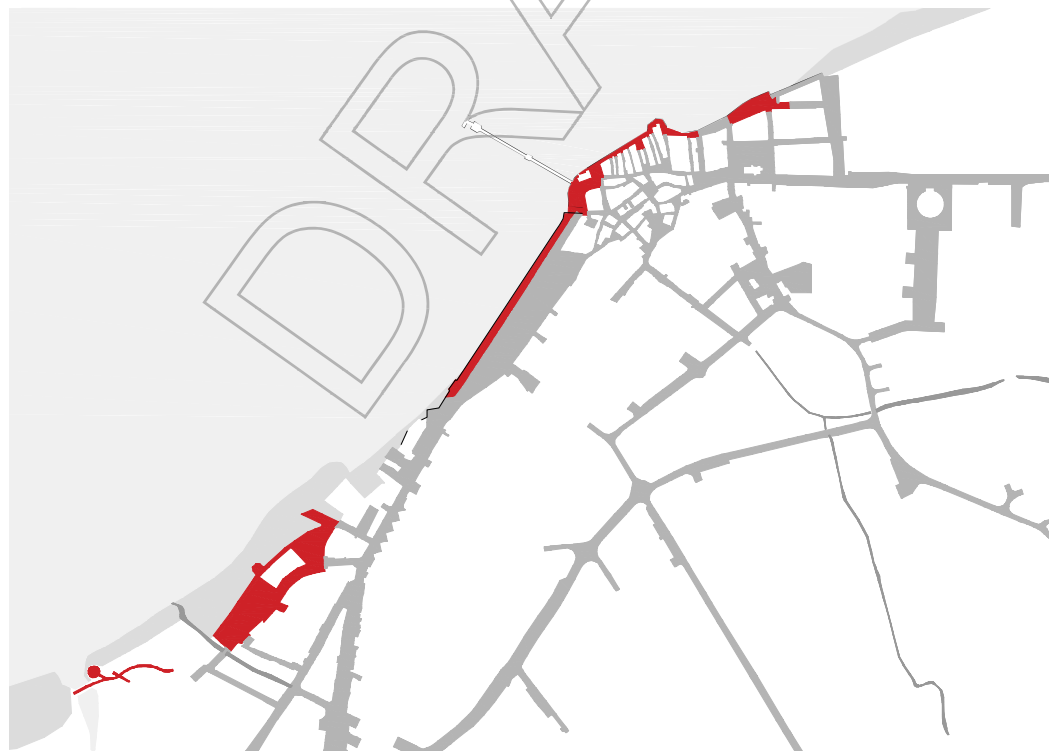
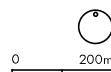






ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)



	Espaço público (enquadramento)
	Espaço público (caso de estudo)
	Área verde de uso recreativo
	Linhas de água
	Arborização

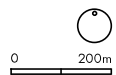
Espaço público (enquadramento)

Espaço público (caso de estudo)

Área verde de uso recreativo

Linhas de água

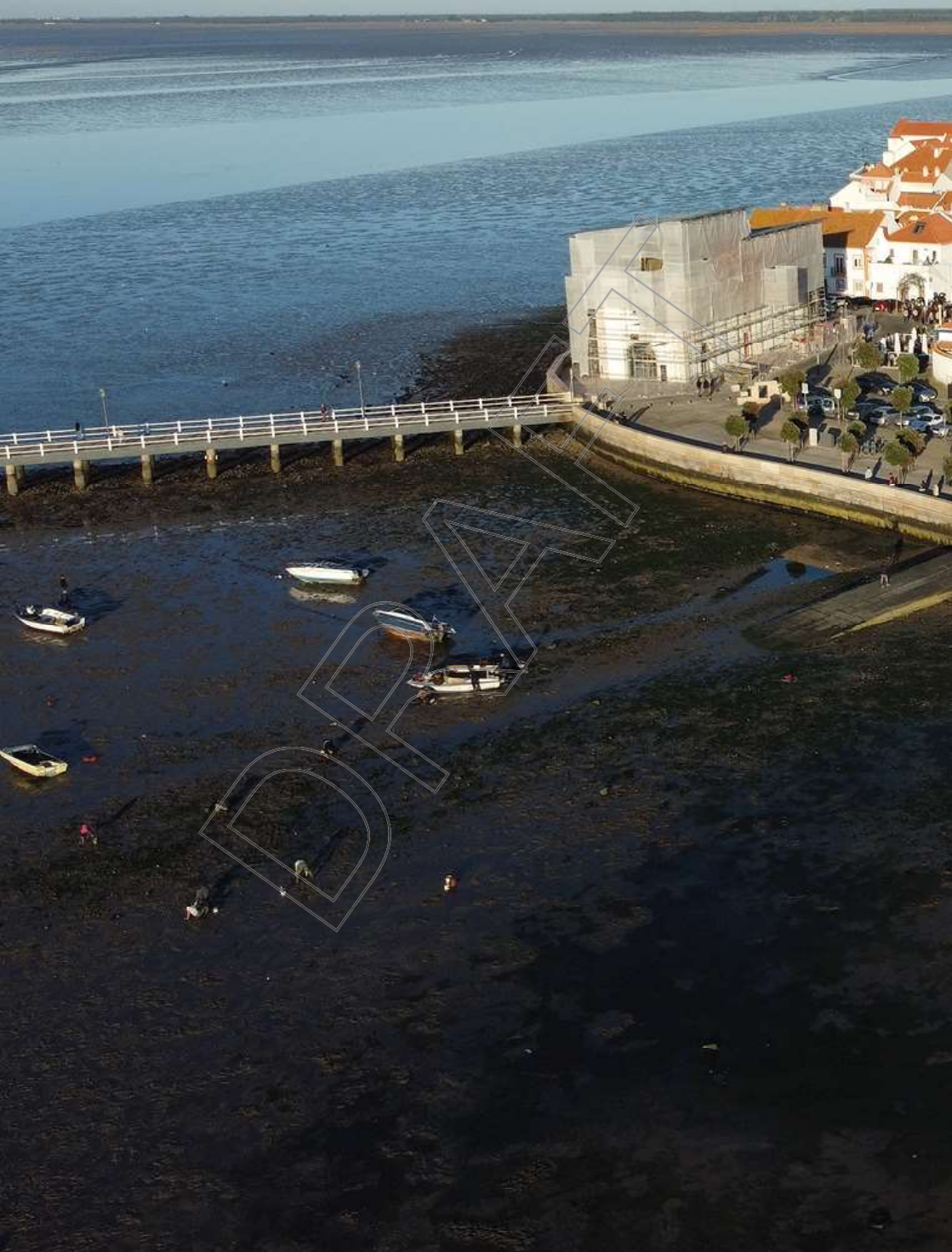
Arborização



MOBILIDADE

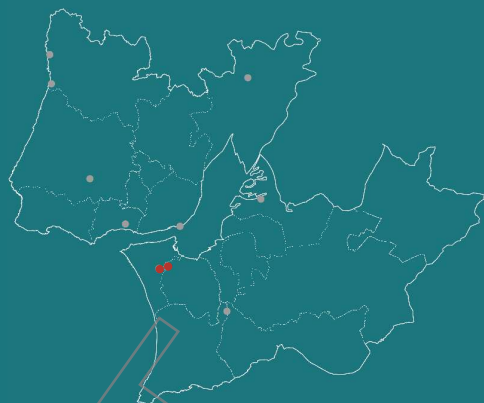
- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Paragem de autocarro











02

PARQUE DA SOBREDA E BOSQUE LUSITANO

ALMADA E SEIXAL

DRAFT

Município(s): Almada (Parque Multiusos da Sobreda);
Seixal (Bosque Lusitano)

Equipa(s) projetista(s): Biodesign (Parque Multiusos da
Sobreda)

Promotor(es): Câmara Municipal de Almada (Parque
Multiusos da Sobreda); Promotor privado (Bosque Lusitano)

Investimento: 1 215 000€ (Parque Multiusos da Sobreda)

Datas-chave: 2009 (Parque Multiusos da Sobreda); 2004
(Bosque Lusitano)

O Parque Multiusos da Sobreda e o Bosque Lusitano de Corroios: de fragmentos do mosaico rústico a parques de fruição pública

Os parques desenvolvem-se num eixo sequencial em zonas adjacentes à Ribeira de Corroios e respetivas valas que, desde a zona da Sobreda da Caparica, convergem no esteiro de Corroios. Ambos os parques situam-se no perímetro de antigas quintas de considerável dimensão, que embora urbanizadas ao longo do tempo nas suas margens, preservaram da edificação áreas significativas adjacentes às linhas de água. O território em causa, próximo do limite administrativo dos concelhos de Almada e do Seixal, caracteriza-se pela coalescência de tecidos extensivos de habitação unifamiliar, alguns de génese ilegal, resultado das dinâmicas de urbanização estimuladas pela construção da Ponte sobre o Tejo em 1966.

O Parque Multiusos da Sobreda, constitui um dos maiores espaços verdes da área envolvente, agregando diversas funcionalidades urbanas e incorporando a linha e água que o atravessa como elemento estruturante do seu desenho.

O Bosque Lusitano, localizado mais a jusante e já no concelho do Seixal, apresenta um carácter menos desenhado, assente em percursos de terra batida entre os maciços arbóreos pré-existentes, mantendo a estrutura global em grelha ortogonal alinhada com a linha de água que persistiu da exploração agrícola da Quinta da Niza. Lidos de forma conjunta, os dois parques, implantados entre áreas de urbanização heterogênea e articulados com diversos equipamentos de desporto e lazer na sua envolvente, promovem a multifuncionalidade da estrutura ecológica metropolitana e constituem-se como primeiras etapas de uma rede de escala mais alargada de espaços abertos, ganhando robustez e promovendo referências urbanas locais.



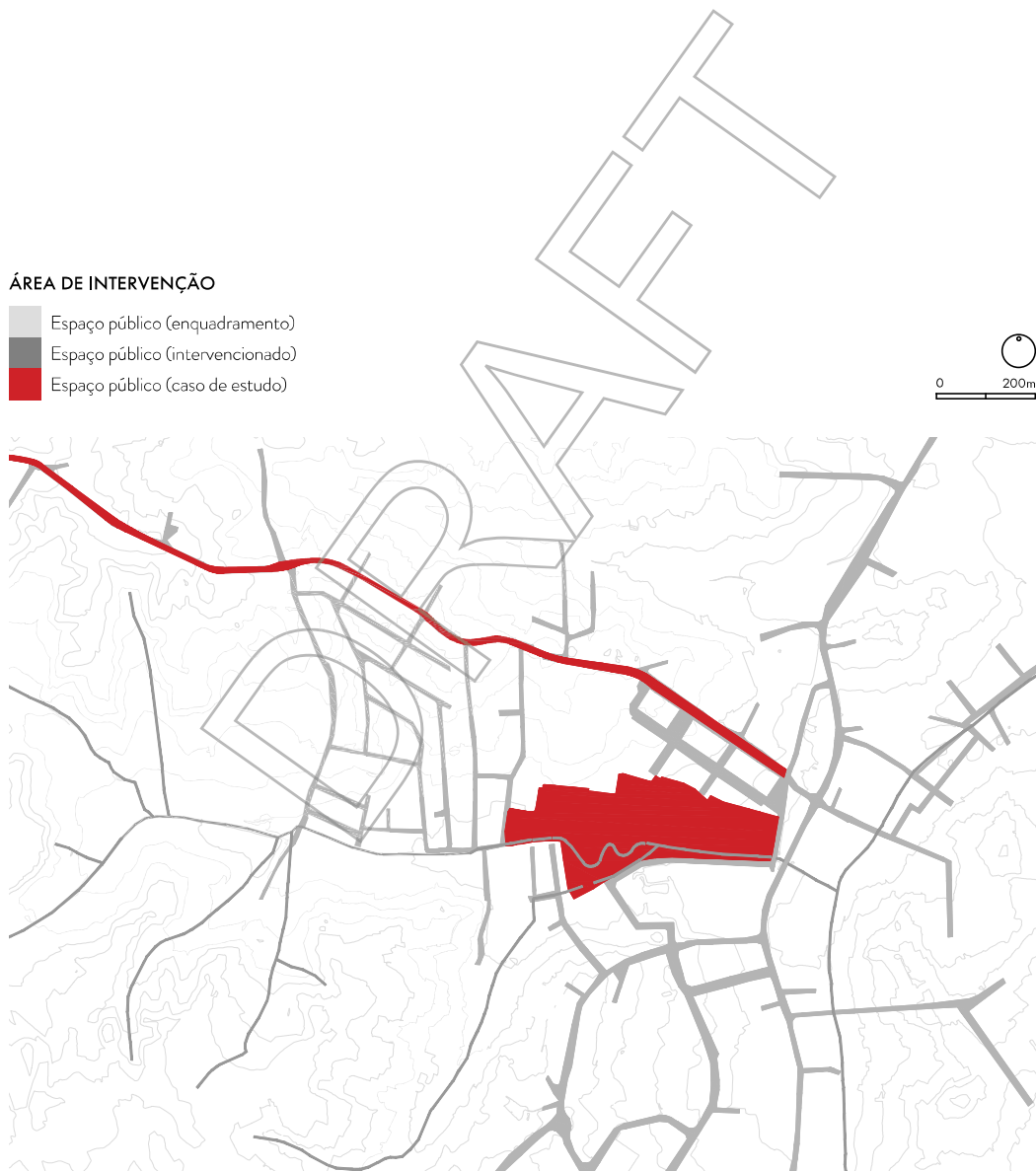
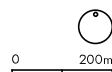






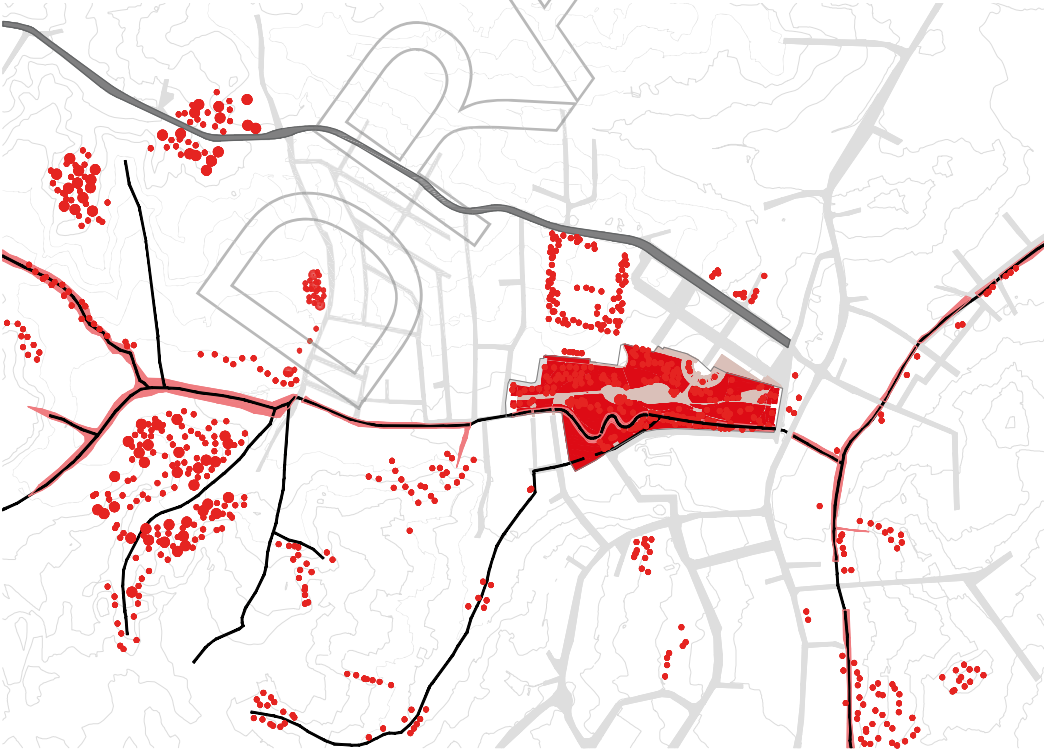
ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)

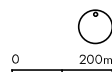
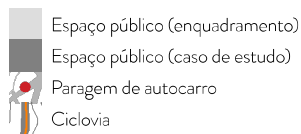


ESTRUTURA VERDE E AZUL

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Percursos
- Área verde de uso recreativo
- Zonas húmidas
- Linhas de água
- Arborização



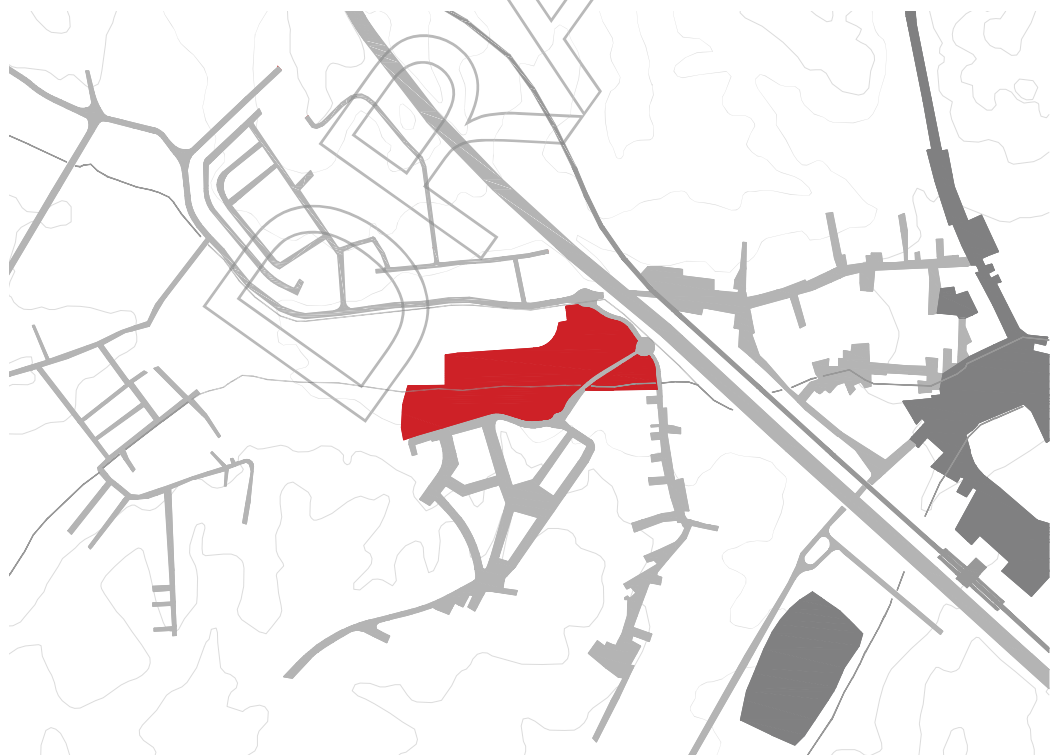
MOBILIDADE





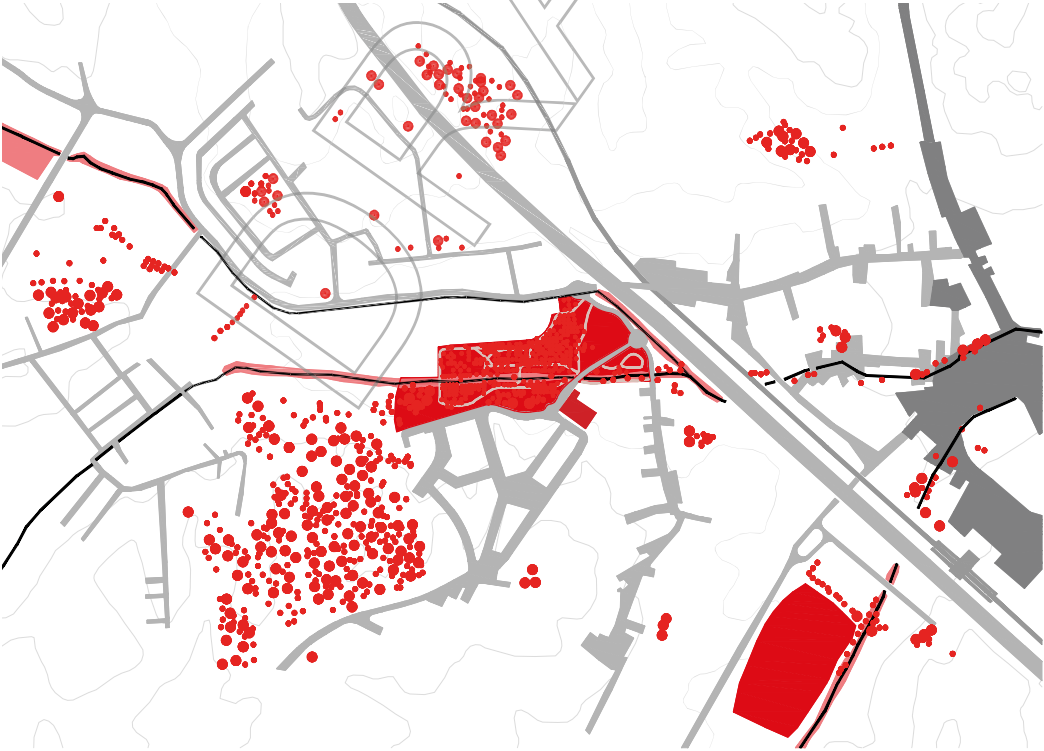
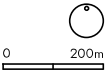
ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)



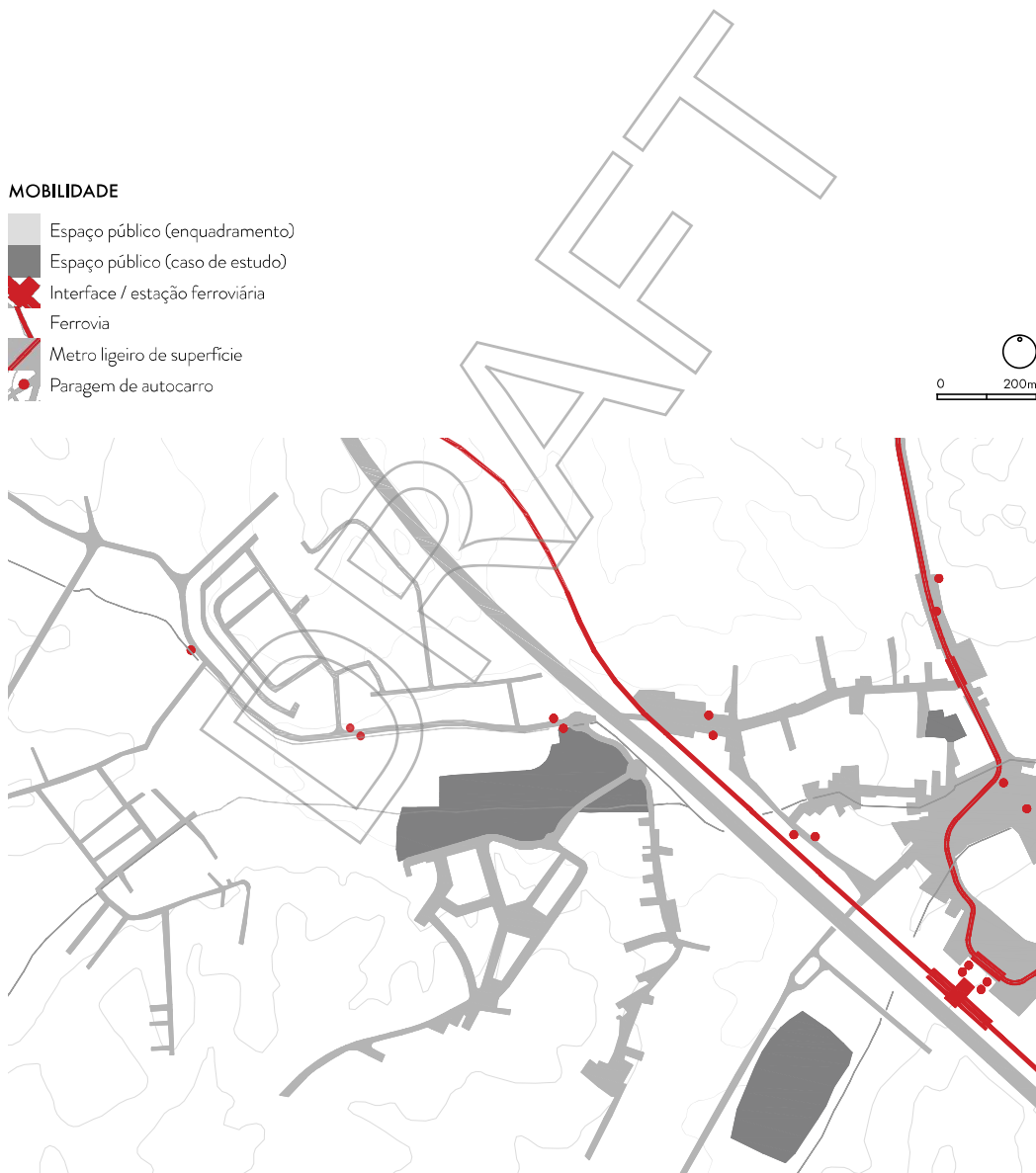
ESTRUTURA VERDE E AZUL

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Percursos
- Área verde de uso recreativo
- Zonas húmidas
- Linhas de água
- Arborização



MOBILIDADE

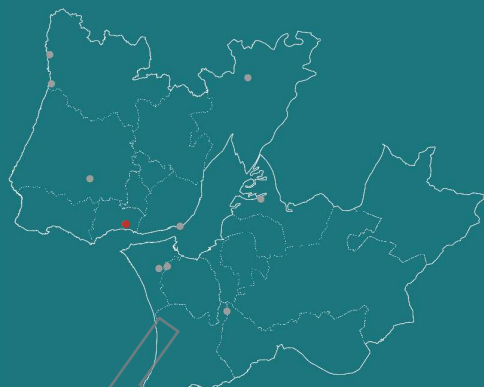
- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Interface / estação ferroviária
- Ferrovia
- Metro ligeiro de superfície
- Paragem de autocarro







DRAFT



03

EIXO VERDE E AZUL AMADORA, OEIRAS & SINTRA

DRAFT

Município(s): Oeiras, Sintra e Amadora

Equipa(s) projetista(s): Biodesign; Ambiente e Paisagem, Lda.

Promotor(es): Câmaras Municipais de Oeiras, Sintra, Amadora, Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A.

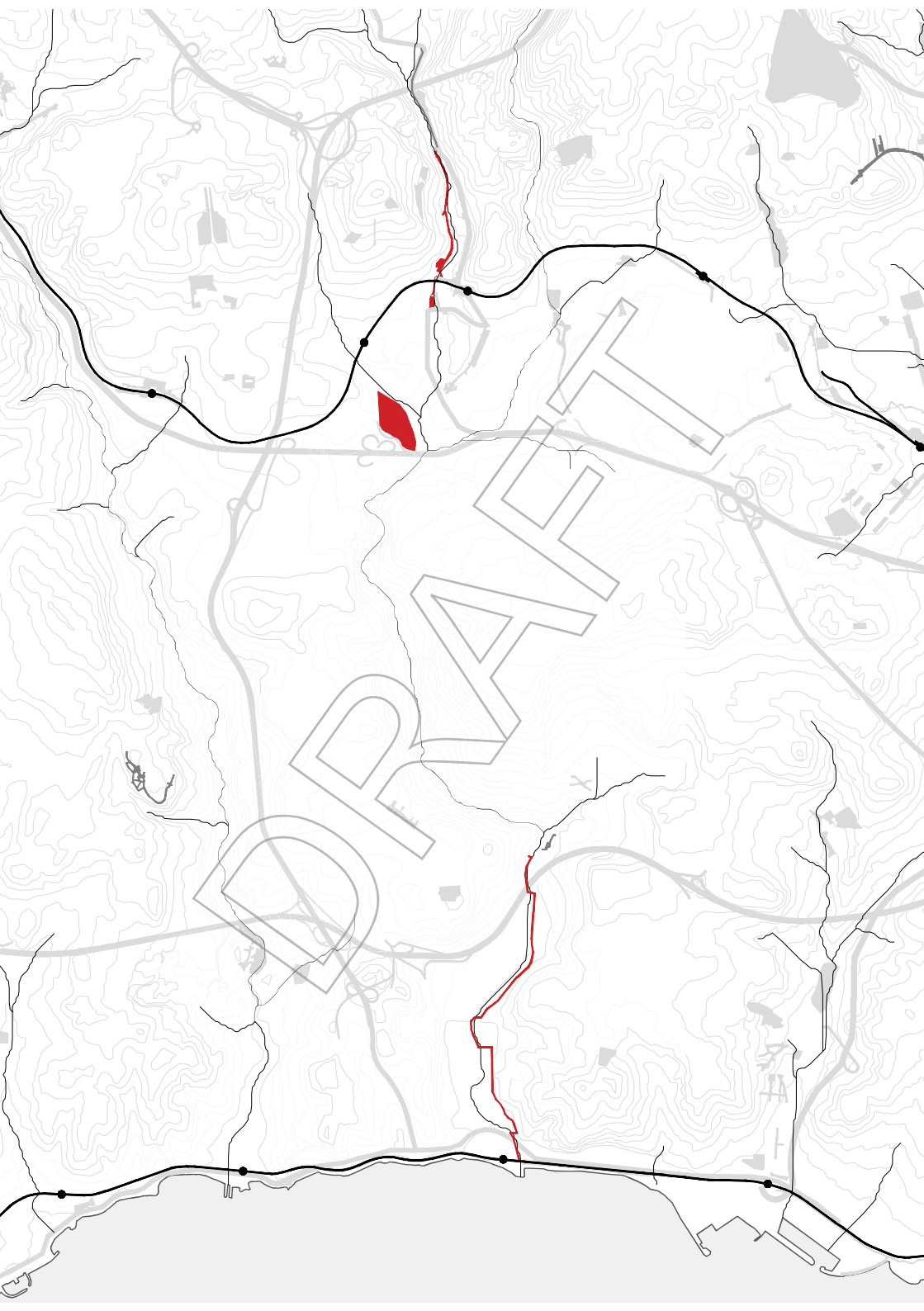
Investimento: 1 600 000€ (troço Senhora da Rocha-Dafundo); 210000€ (Ligação pedonal do Santuário de N. Sr.ª da Rocha a Carnaxide), 2 565 574,23 € (troço Queluz)

Datas-chave: 2018 (troço Queluz); 2021 (troço Senhora da Rocha-Dafundo)

O Eixo Verde e Azul como *continuum natural e cultural*, ao longo da ribeira do Jamor

A bacia hidrográfica da ribeira do Jamor constitui uma importante estrutura hidrográfica que atravessa os concelhos de Sintra, Amadora e Oeiras, tendo a sua origem na Serra da Carregueira e foz no Rio Tejo, na zona da Cruz Quebrada. A ribeira e seus afluentes diretos atravessam áreas de grande diversidade de ocupação, onde se intercalam estruturas notáveis como o Palácio de Queluz com espaços ainda marcados pela matriz rústica e agrícola que caracterizou aquele território durante séculos e ainda com a potente expressão da urbanização metropolitana que, desde finais do século XIX, se foi estruturando a partir das linhas de Cascais e de Sintra e das vias rápidas que mais recentemente o reticulam.

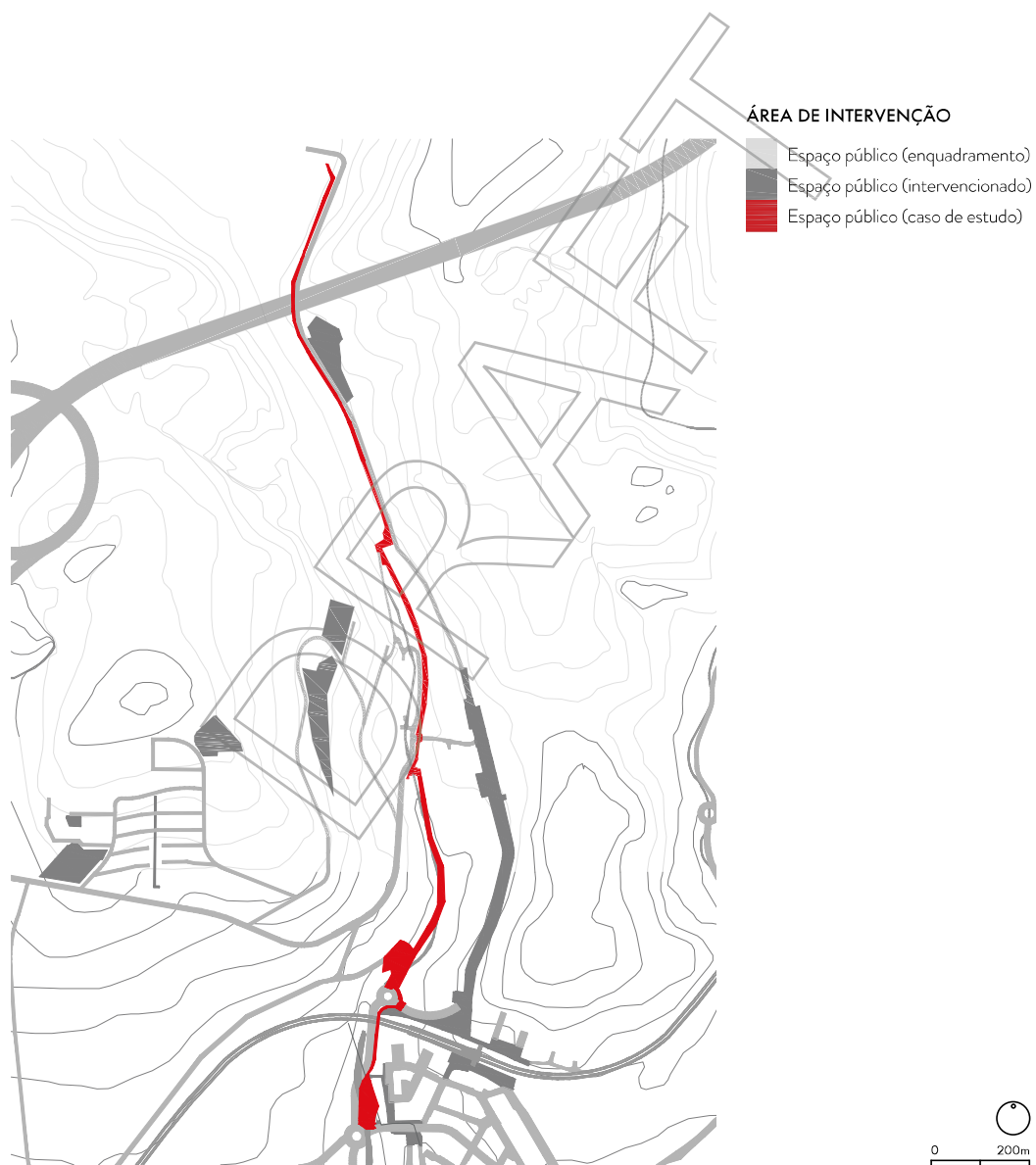
O projeto do Eixo Verde e Azul assenta numa visão integrada da ribeira e vales do Jamor, como corredor multifuncional na qual interagem o sistema hidrológico, o sistema de vegetação e da biodiversidade, o sistema cultural e o sistema de circulação e fruição em modos ativos. A intervenção, pensada a nível intermunicipal e implementada em fases, promove, de forma integrada, a valorização ambiental e de habitats da ribeira, a criação de um circuito contínuo de acessibilidade pedonal e ciclável articulado com os tecidos urbanos adjacentes, a valorização das ligações a elementos de atração e interface com o sistema urbano e de transportes coletivos, e a minimização dos efeitos de barreira de infraestruturas pesadas que atravessam o vale.

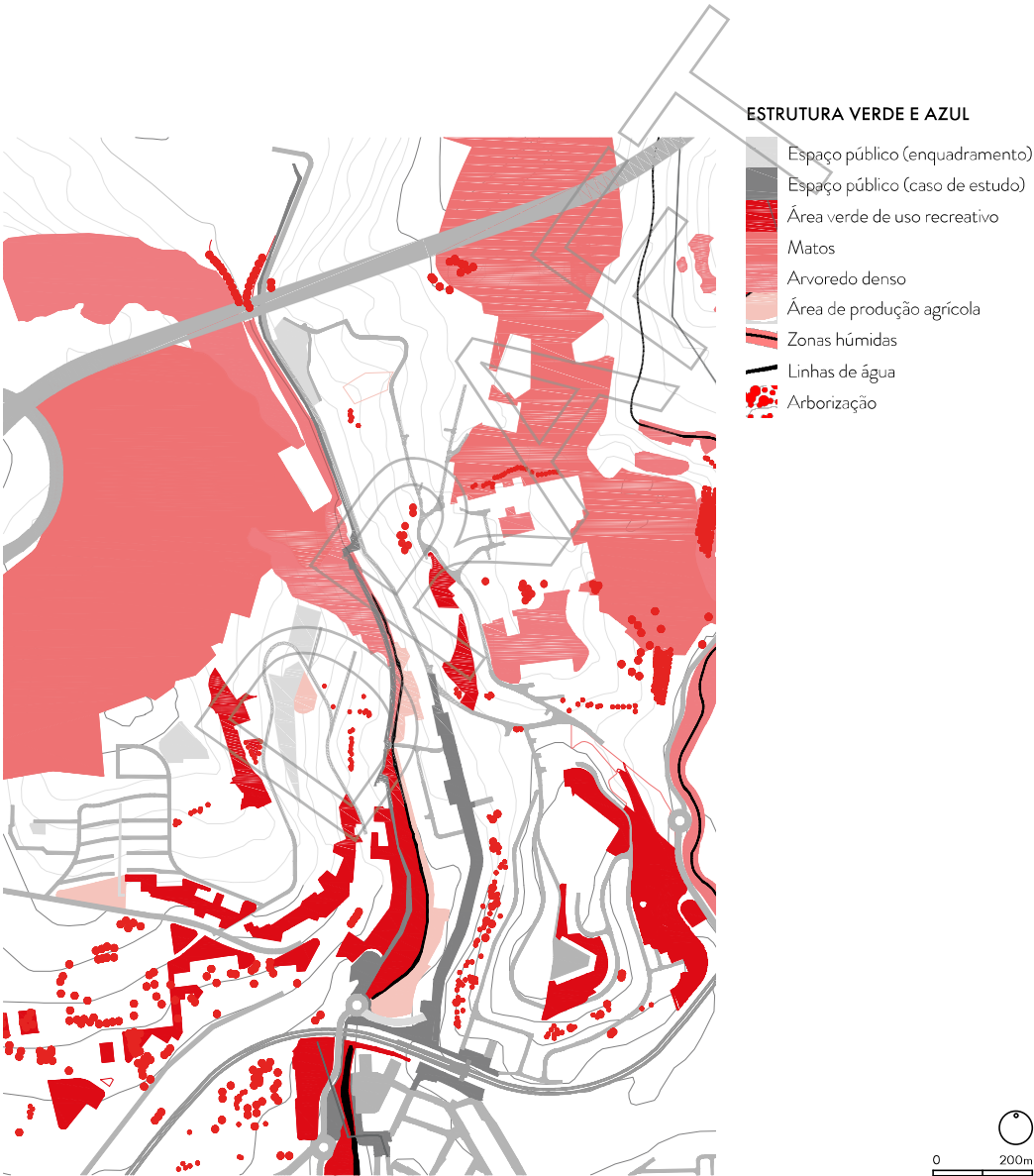


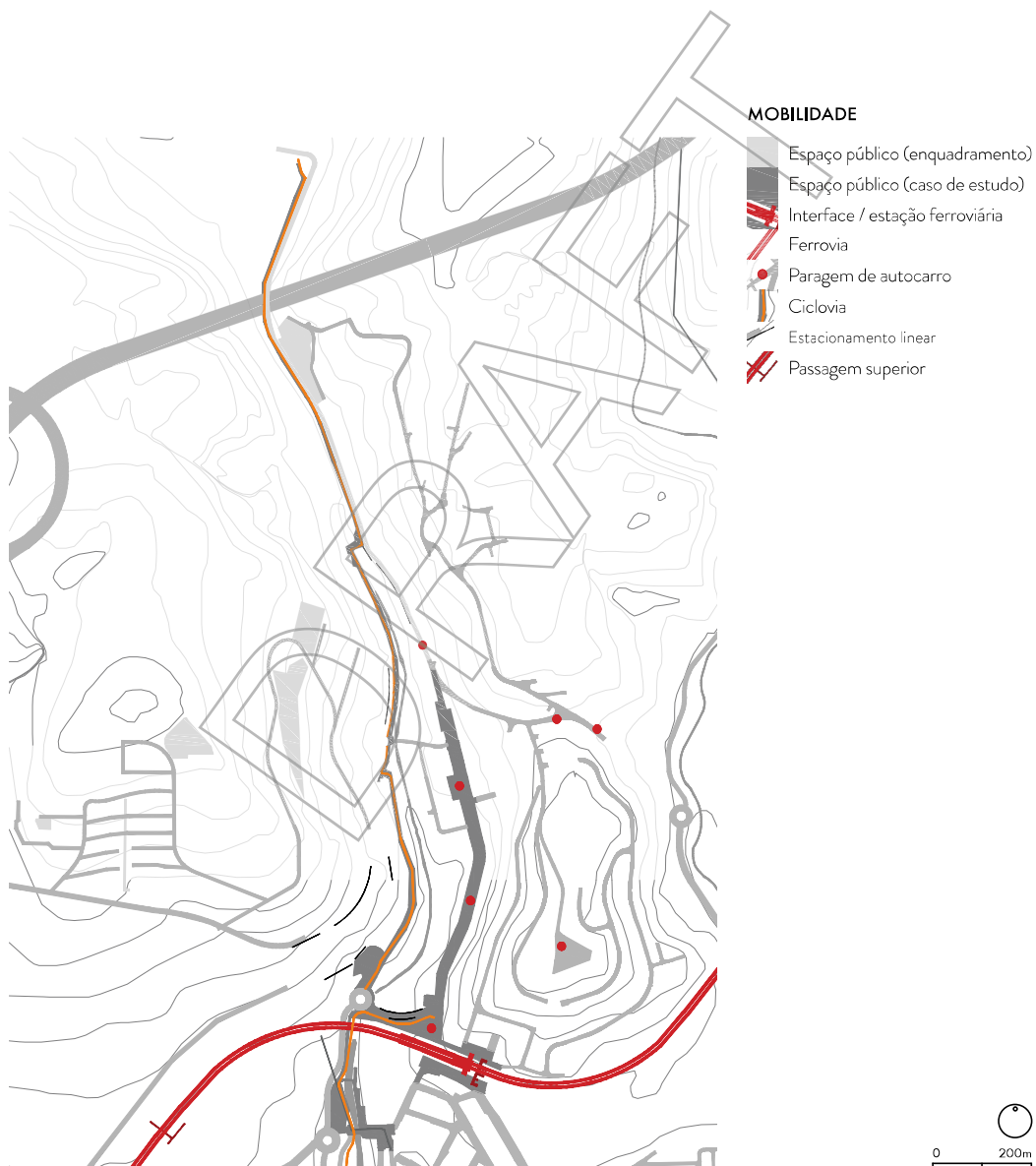








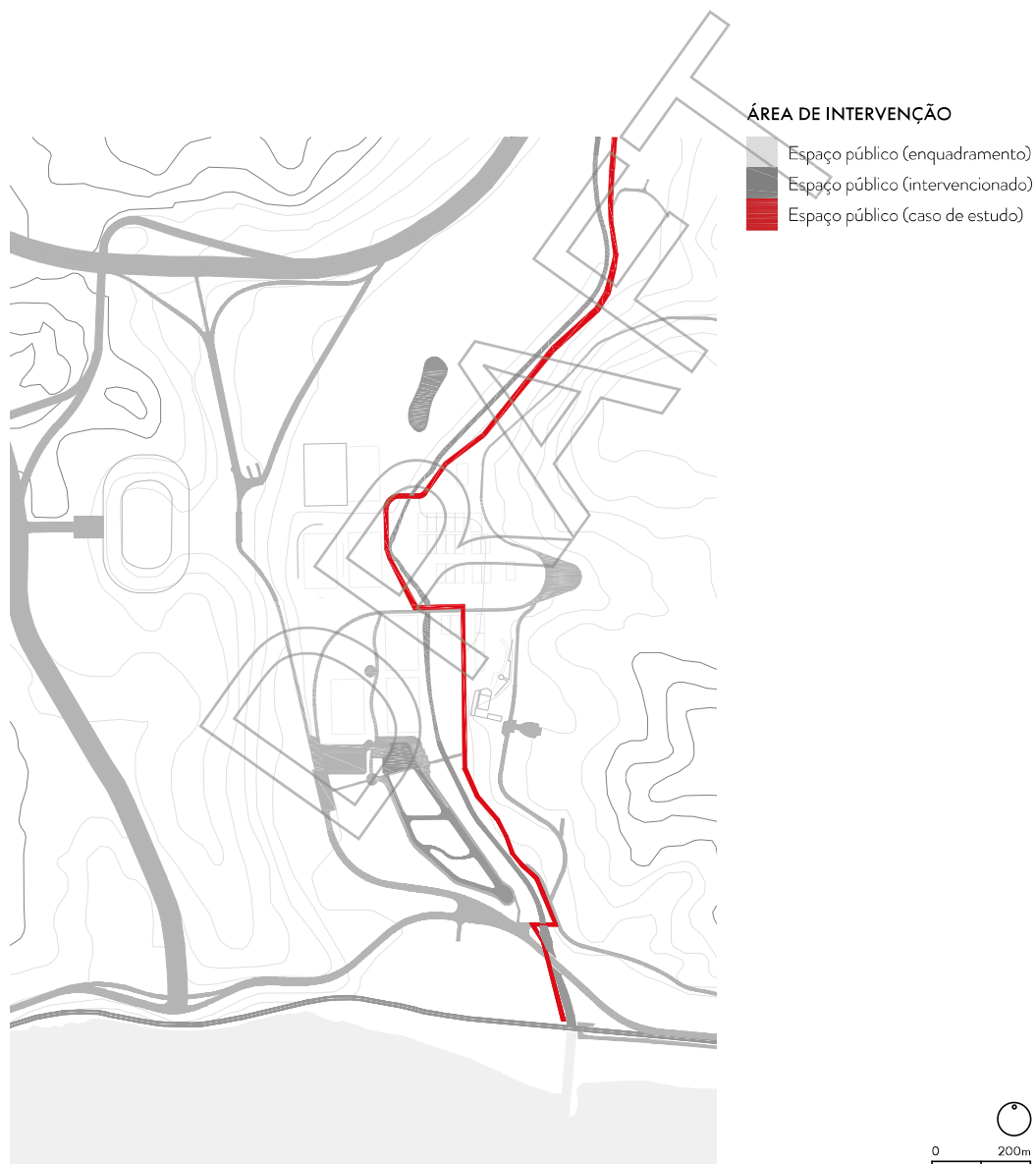


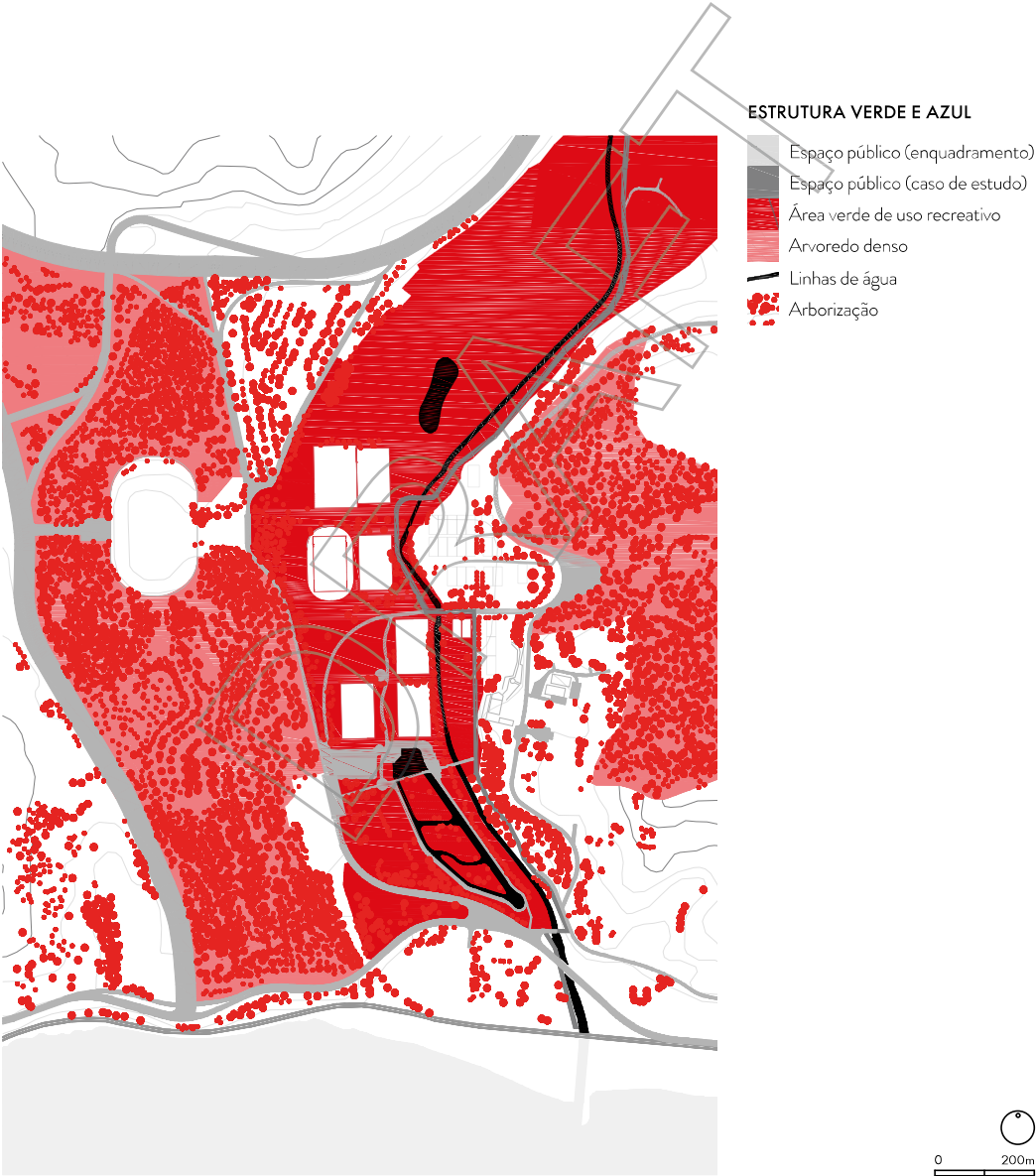


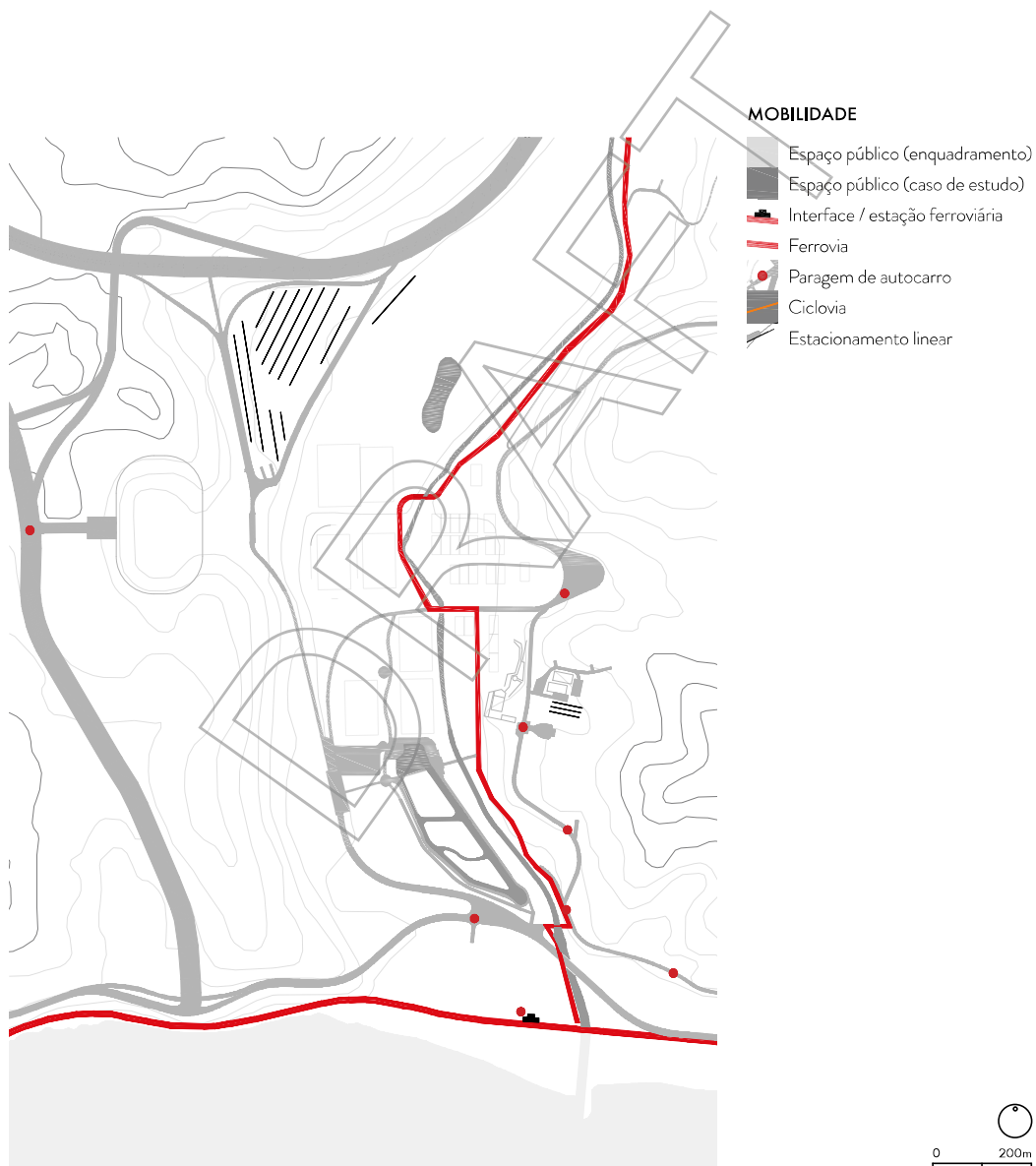




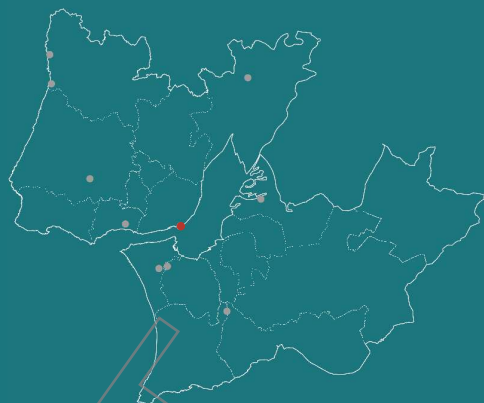












04

FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA

LISBOA

Município(s): Lisboa

Equipa(s) projetista(s): Bruno Soares Arquitectos (Praça do Comércio, Jardim de Roque Gameiro e Largo do Corpo Santo, Área adjacente à Estação Sul Sueste); Arq.º Carrilho da Graça e Global Arquitectura Paisagista (Área adjacente ao Terminal de Cruzeiros e Doca da Marinha); PROAP e Global Arquitectura Paisagista (Ribeira das Naus); Arq.º João Luís Carrilho da Graça e Arq.º Paisagista Victor Beiramar Diniz (Campo das Cebolas e Rua da Alfândega Nascente); 92 Arquitectos, Arq.º João Almeida e Arq.º Luís Torgal (Reperfilamento da Av. 24 de Julho)

Promotor(es): Câmara Municipal de Lisboa; Sociedade Frente Tejo; EMEL (Jardim de Roque Gameiro e Largo do Corpo Santo); Transtejo (Requalificação da área envolvente ao Interface Ferroviário e Fluvial do Cais do

Sodré); EDP (Reperfilamento da Av. 24 de Julho); APL - Administração do Porto de Lisboa (Área adjacente ao Terminal de Cruzeiros); Associação de Turismo de Lisboa (Doca da Marinha e Estação Sul e Sueste)

Investimento: 7 657 494€ (Terreiro do Paço e Ribeira das Naus); 3 338 820€ (Jardim de Roque Gameiro e Largo do Corpo Santo); 14 000 000€ (Reperfilamento da Av. 24 de Julho)

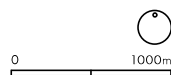
Datas-chave: Praça do Comércio (2012); Ribeira das Naus (2014); Jardim de Roque Gameiro e Largo do Corpo Santo (2017); Campo das Cebolas (2017); Reperfilamento Av. 24 de Julho (2017); Área adjacente ao Terminal de Cruzeiros (2018); Reperfilamento Av. Infante D. Henrique (2021); Estação Sul-Sueste (2021); Doca da Marinha (2021); Muro das Namoradeiras (2021)

A reconquista do rio na requalificação da frente ribeirinha de Lisboa: do Cais do Sodré ao Terminal de Cruzeiros

A ancestral relação de Lisboa com o Tejo, marcada pela presença das atividades portuárias, profundamente reorganizadas na segunda metade do século XX, assume novos contornos com a reconversão de vários espaços ribeirinhos para a fruição pública.

Partindo de uma ideia de continuidade funcional, apoiada pelos sistemas longitudinais da Av. Infante Dom Henrique, Ribeira das Naus e Av. 24 de Julho, junto ao rio, e pelo eixo mais interior da Rua do Arsenal e da Rua da Alfândega, desenvolve-se um conjunto de intervenções entre o Cais do Sodré e a Doca do Jardim do Tabaco, que incluem a requalificação da Praça do Comércio, a reestruturação profunda da Ribeira das Naus e sua articulação com o Largo do Corpo Santo, o reordenamento da Praça Duque de Terceira e Jardim Roque Gameiro, o reperfilamento da Av. 24 de Julho, e, mais a montante, a requalificação do Campo das Cebolas, da Doca da Marinha e da envolvente à Estação de Sul e Sueste, culminando na reorganização do espaço envolvente ao novo terminal de cruzeiros em Santa Apolónia. As intervenções de requalificação da frente ribeirinha de Lisboa constituem uma das operações mais complexas e representativas da transformação e qualificação urbana e de espaço público da Área Metropolitana de Lisboa. Da sua leitura conjunta e incremental destacam-se contributos significativos para a construção de um sentido de rede contínua, múltipla e integradora de espaço público, operando na sedimentação e revelação dos múltiplos tempos de transformação da cidade, e promovendo uma forte articulação com infraestruturas de mobilidade metropolitana.











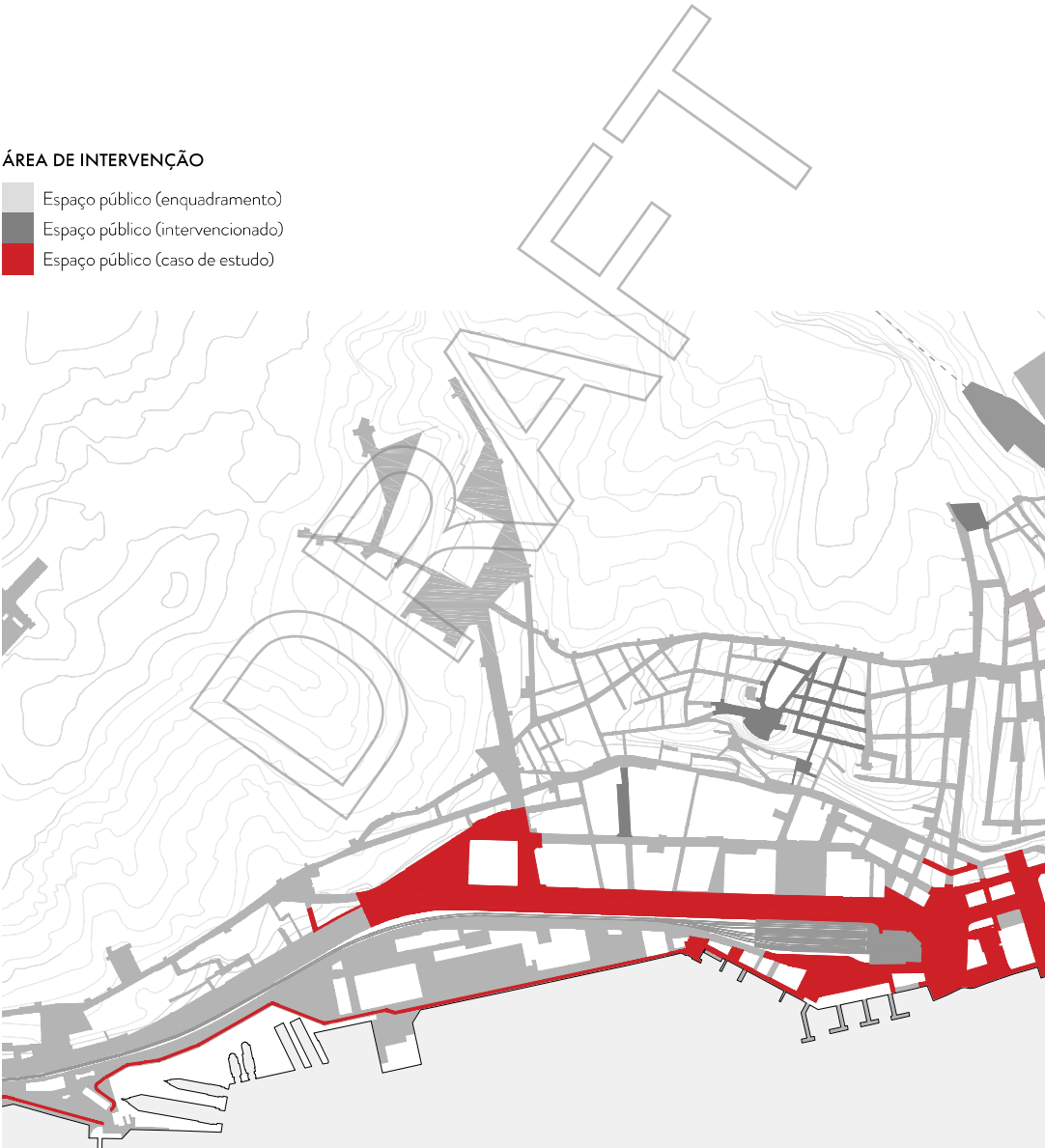






ÁREA DE INTERVENÇÃO

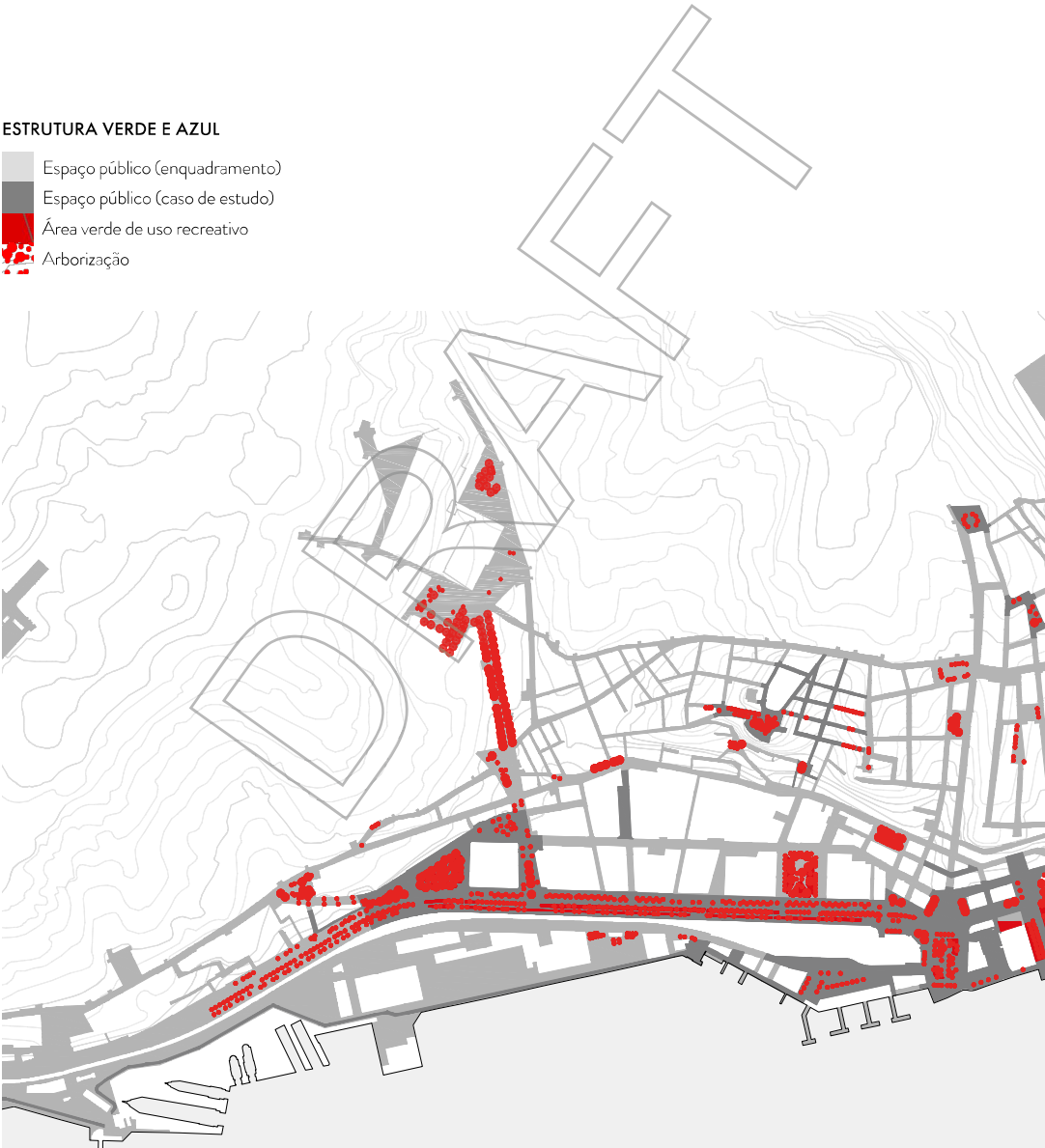
- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)





ESTRUTURA VERDE E AZUL

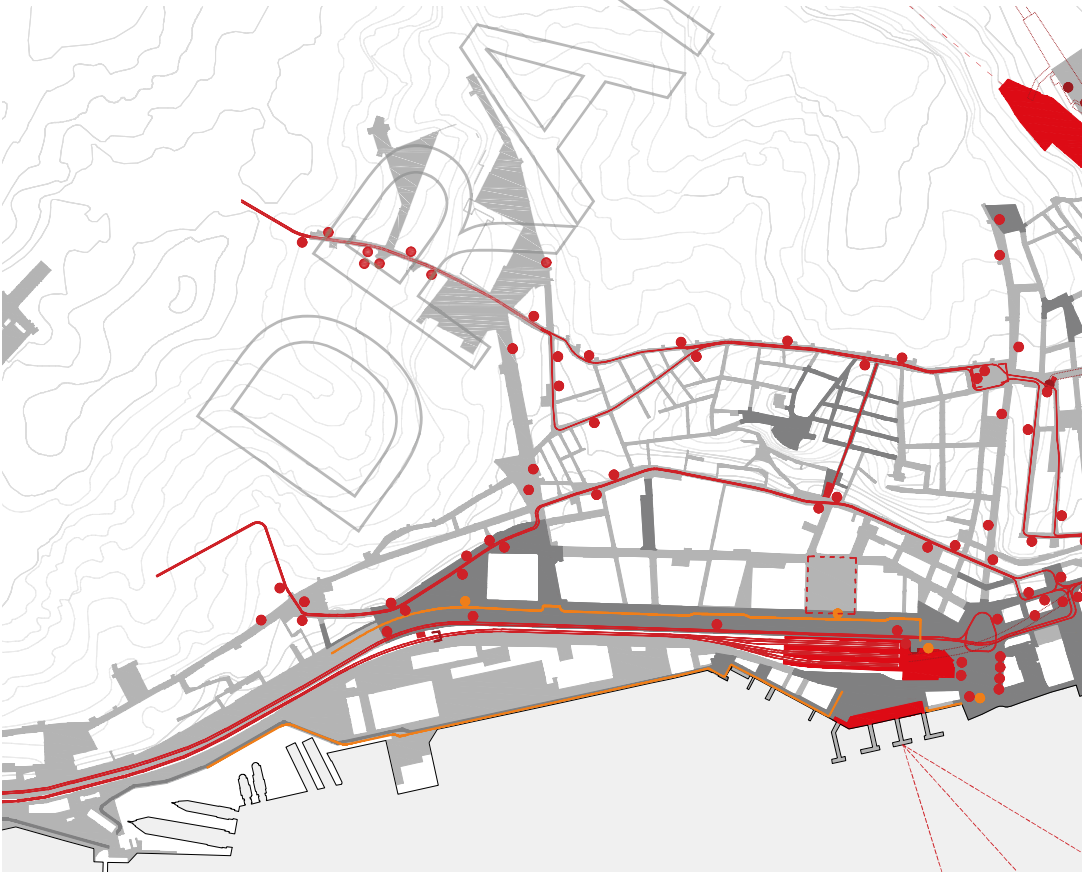
- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Área verde de uso recreativo
- Arborização



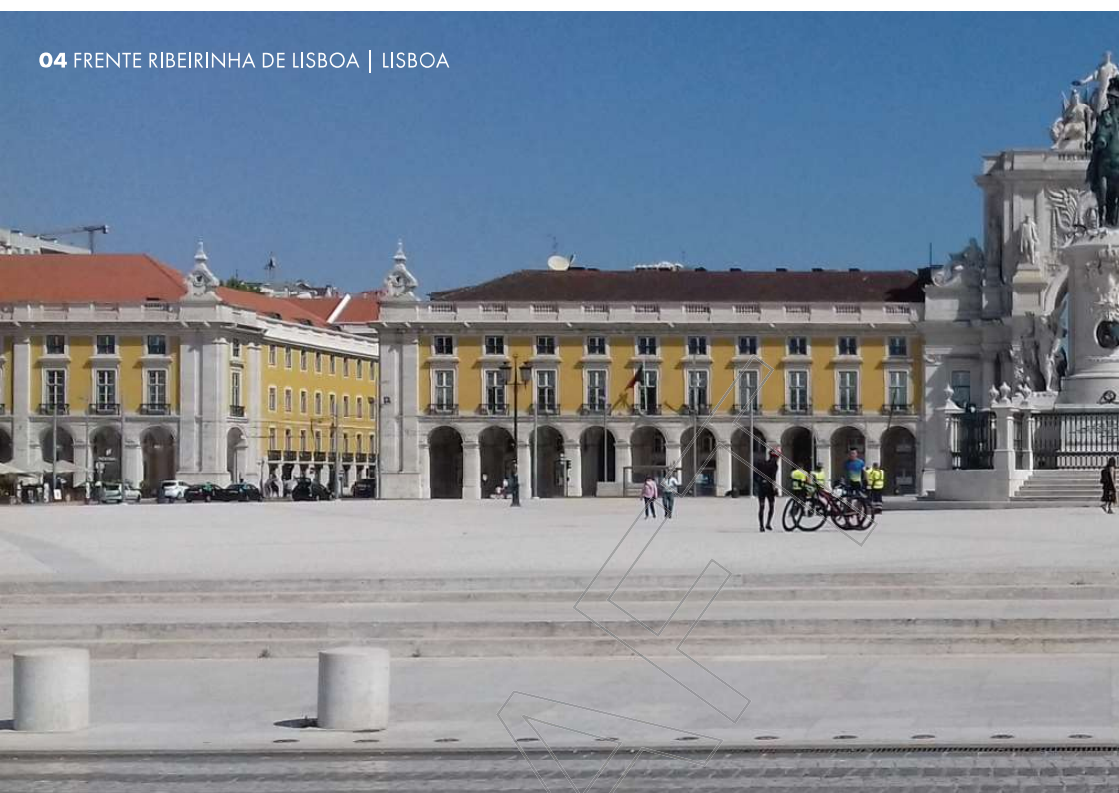


MOBILIDADE

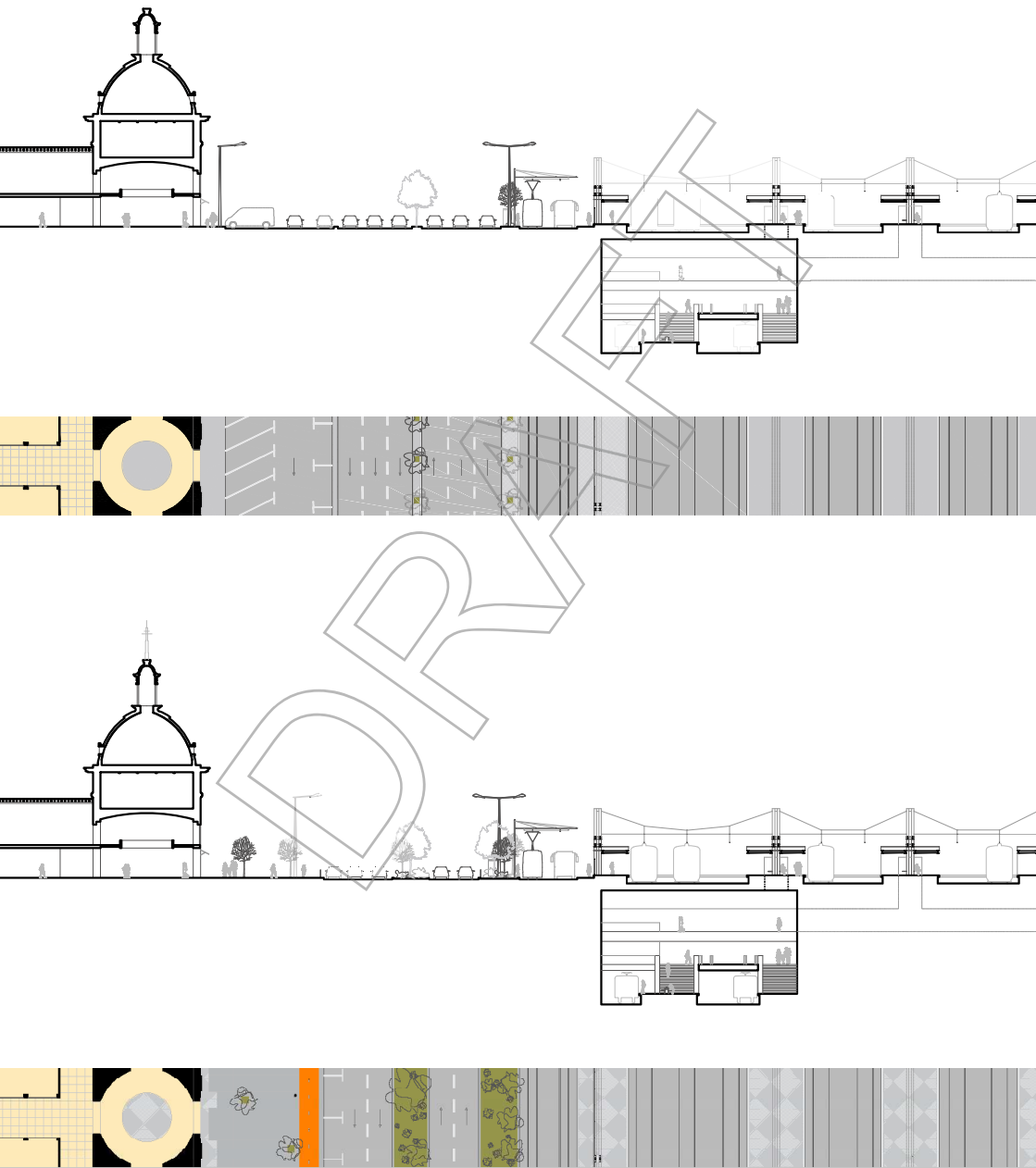
- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Interface / estação ferroviária
- Ferrovia
- Linha de eléctrico
- Metropolitano
- Estação metropolitano
- Paragem de autocarro
- Ciclovía
- Dock bicicletas partilhadas
- Ligações fluviais
- Percurso assistido à Colina do Castelo
- Elevadores
- Parque de estacionamento (subterrâneo)
- Passagem superior



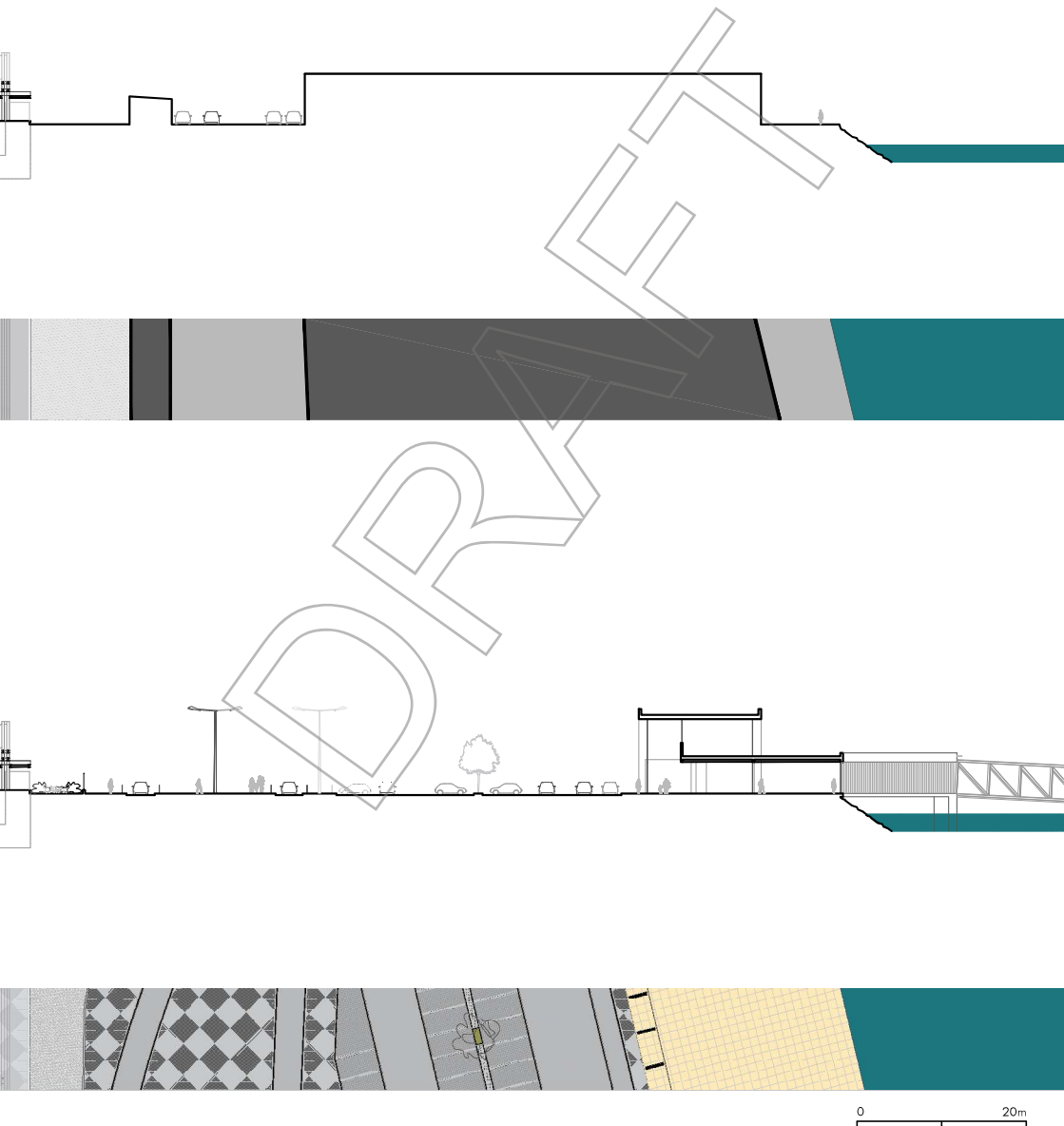


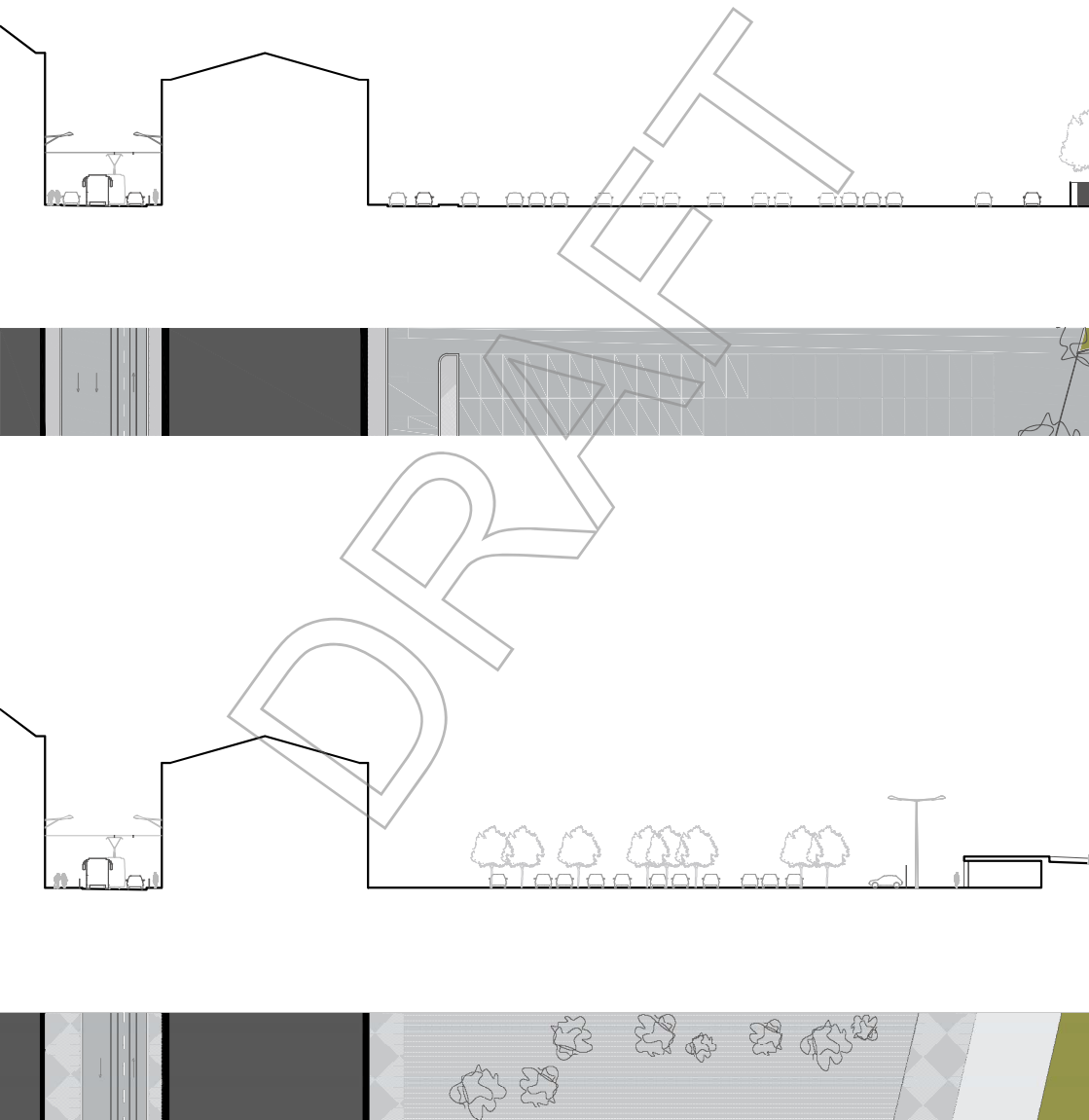




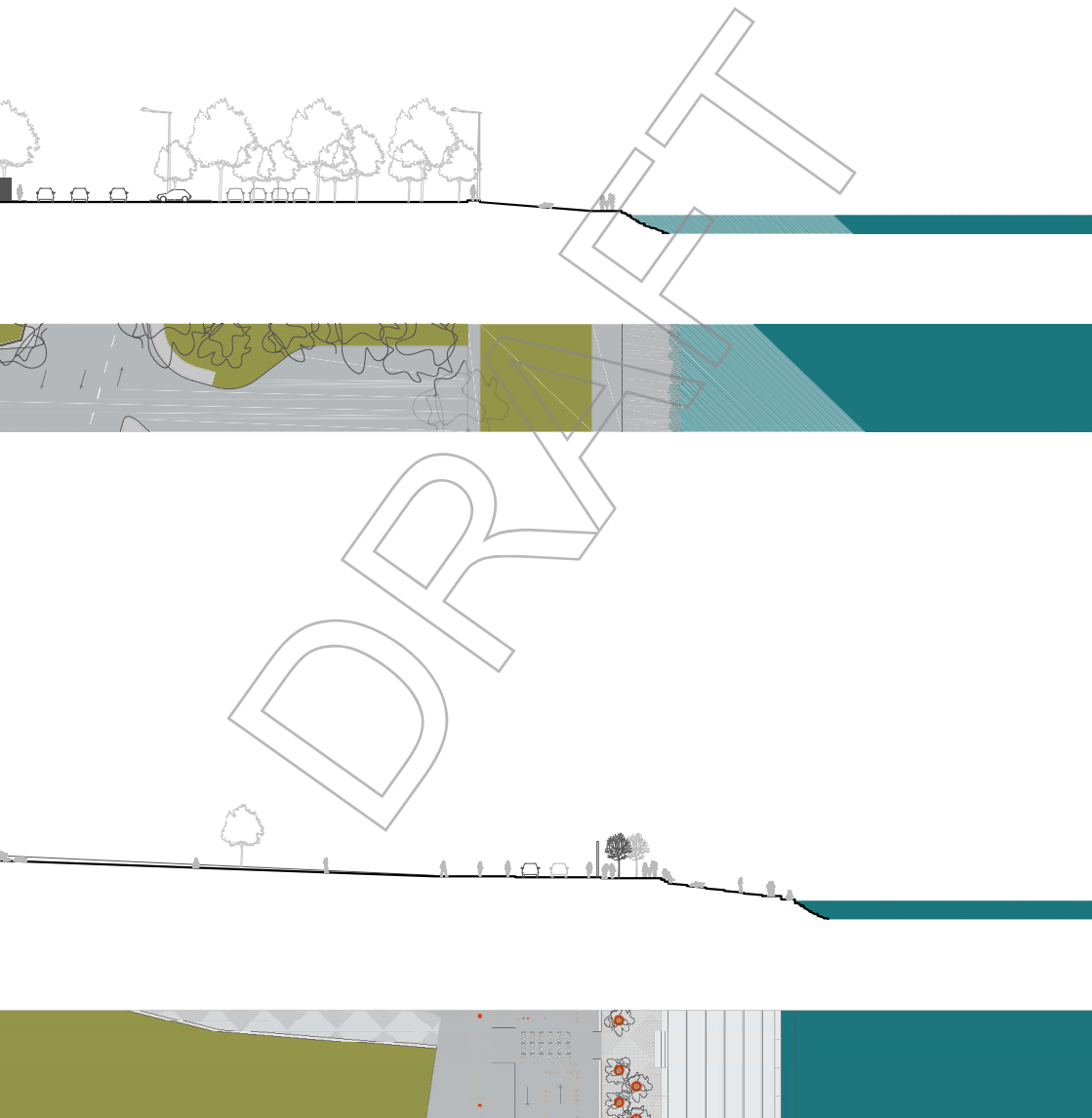


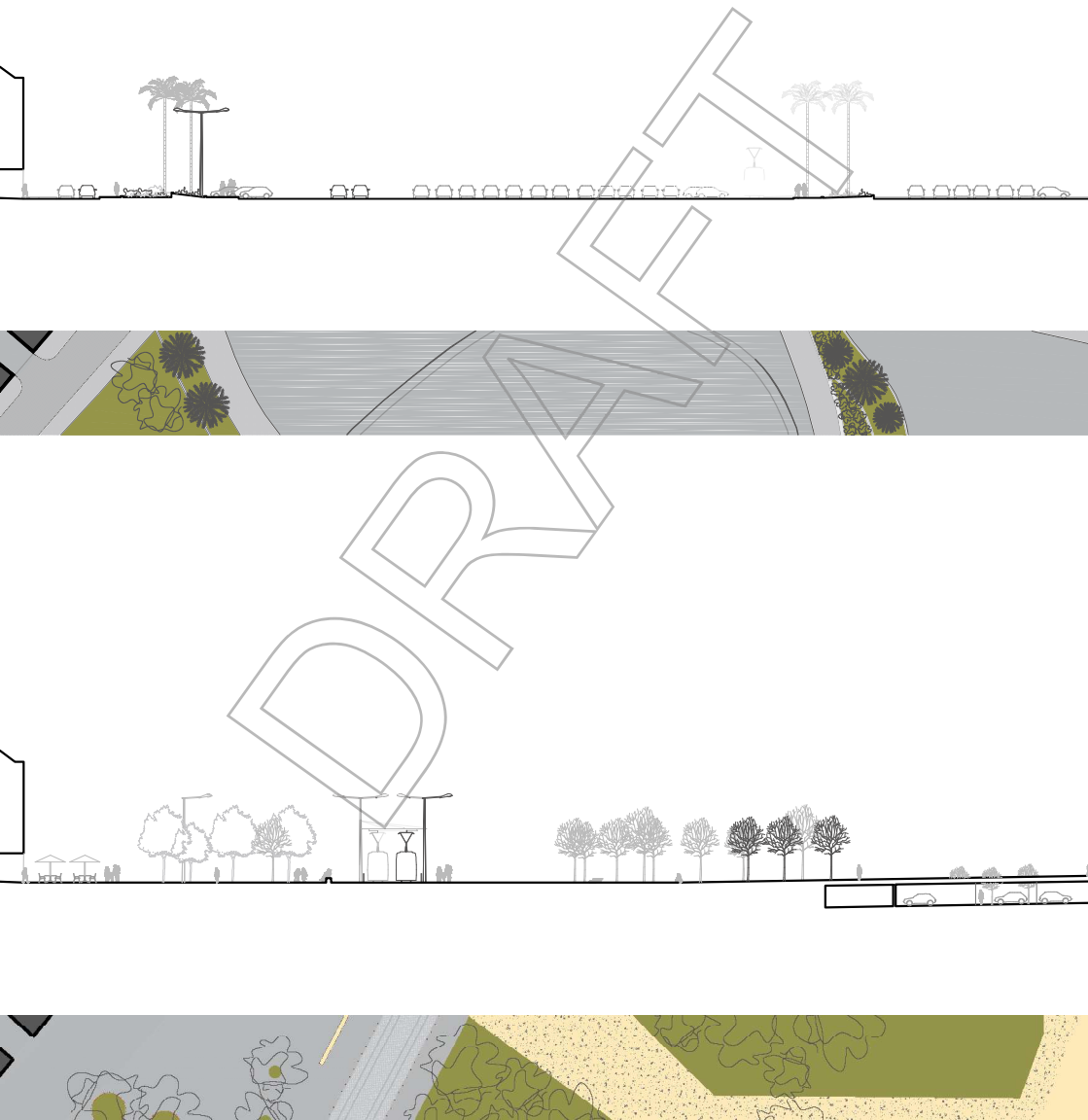
Perfil e detalhe da Av. 24 de Julho e Interface do Cais do Sodré - Antes e depois da intervenção



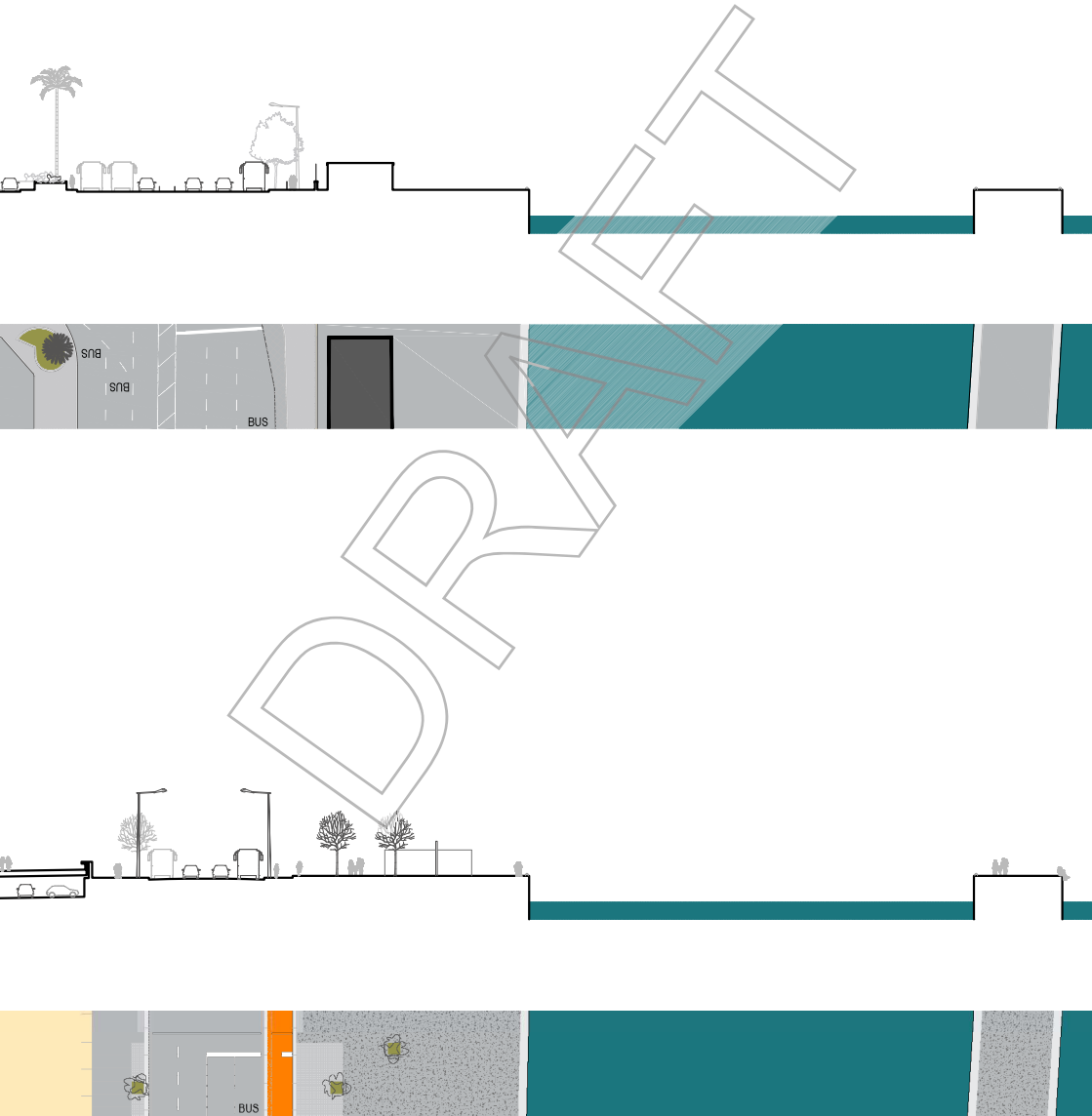


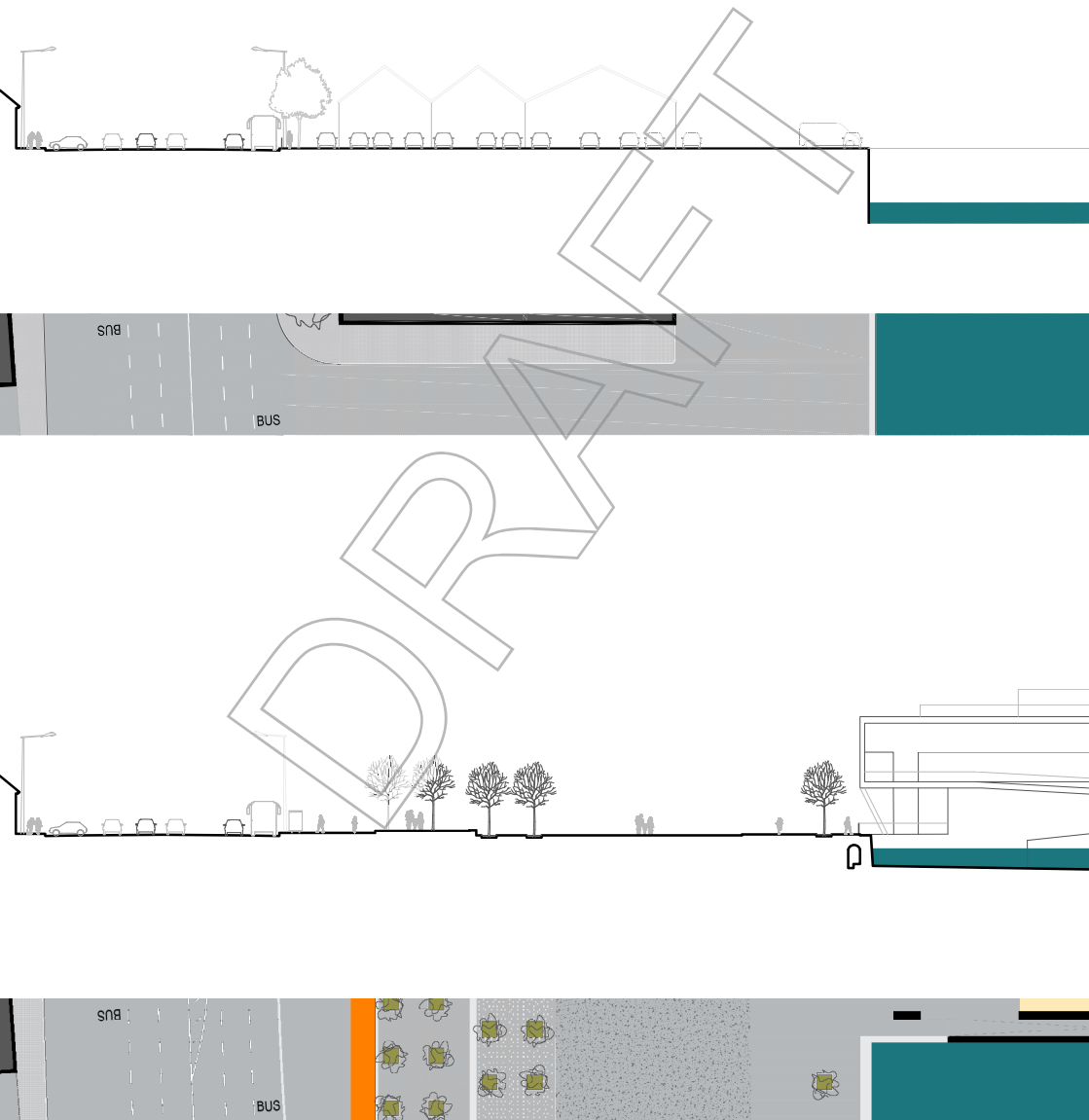
Perfil e detalhe da Ribeira das Naus - Antes e depois da intervenção



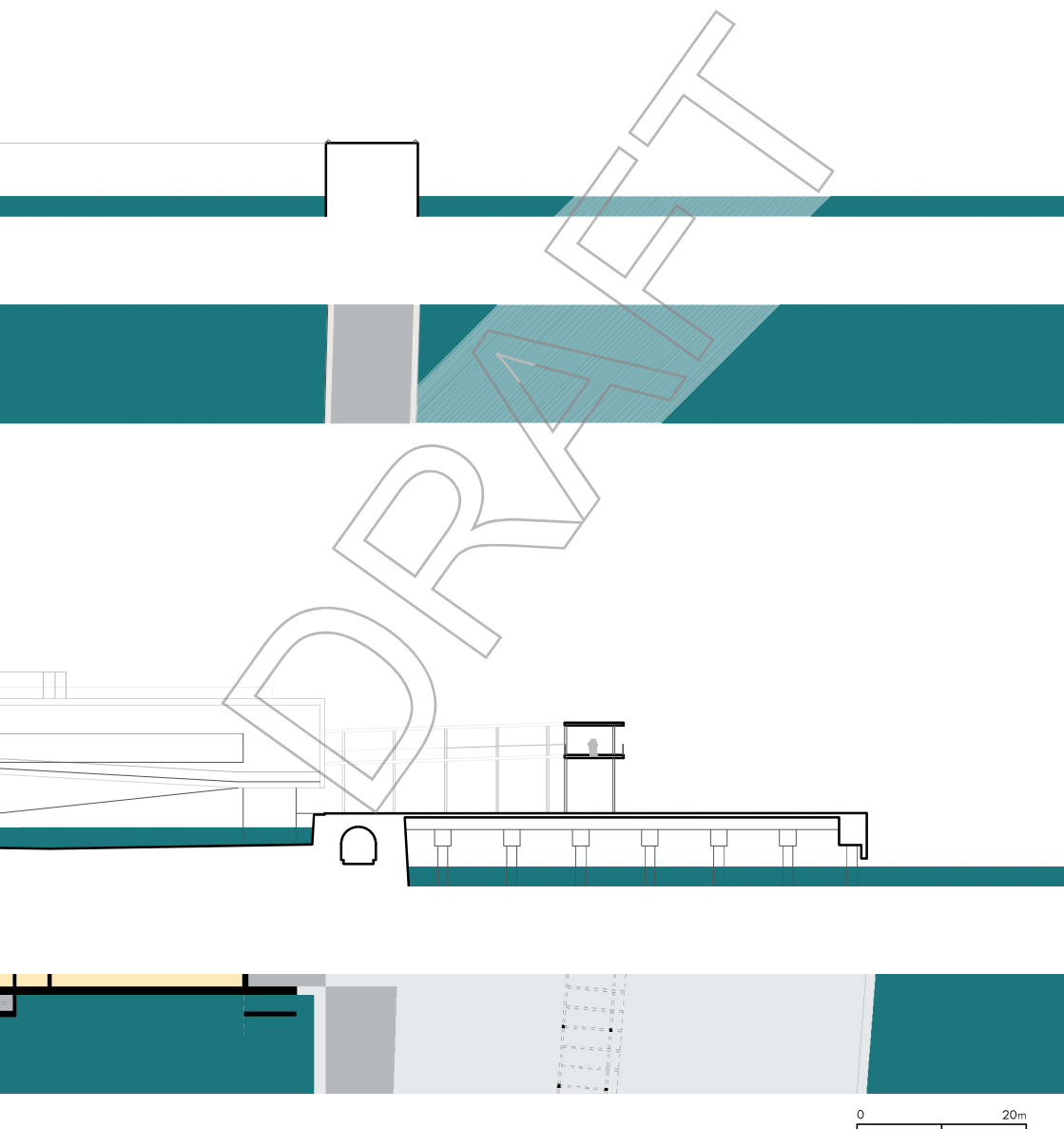


Perfil e detalhe do Campo das Cebolas, Av. Infante D. Henrique e Doca da Marinha - Antes e depois da intervenção





Perfil e detalhe da Av. Infante D. Henrique e Terminal de Cruzeiros - Antes e depois da intervenção







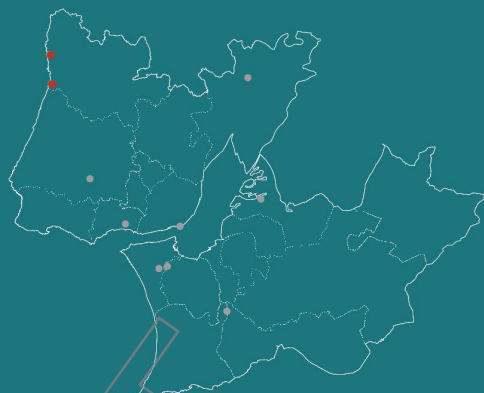






DRAFT





05

PRAIAS DA FOZ DO LIZANDRO E RIB^a D'ILHAS

MAFRA

DRAFT

Município(s): Mafra

Equipa(s) projetista(s): Concepsys + Ceregeiro, Arquitectura Paisagista (Espaços de apoio e estacionamento da Praia da Foz do Lizandro); Inplenitus Planeamento, Lda. (Qualificação dos espaços de apoio e estacionamento da Praia Ribeira d'Ilhas)

Promotor(es): Câmara Municipal de Mafra

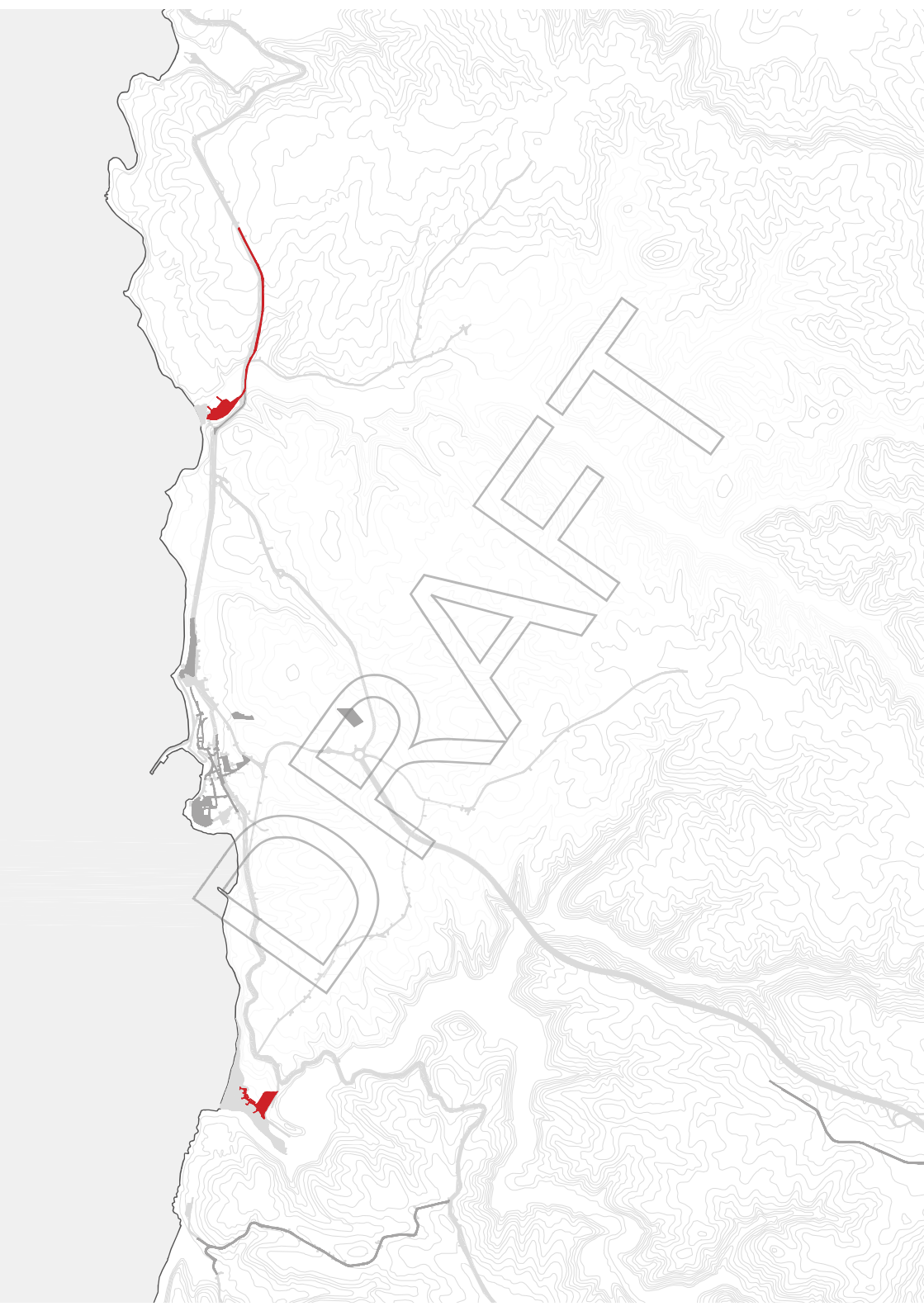
Investimento: 1 932 000€ (Espaços de apoio e estacionamento da Praia da Foz do Lizandro); 2 997 713€ - QREN/PORLisboa + FPRH - Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (Qualificação dos espaços de apoio e estacionamento da Praia Ribeira d'Ilhas)

Datas-chave: 2008 (Foz do Lizandro); 2014 (Ribeira d'Ilhas)

A valorização da frente atlântica com a qualificação de acessos e apoios de praia na Ribeira de Ilhas e na Foz do Lizandro

As intervenções ao longo da costa do concelho de Mafra consistem na qualificação e equipamento das praias e respetivos acessos pedonais e estacionamento, pontos de maior pressão de utilização do ponto de vista turístico e de atividade desportiva. As intervenções têm vindo a suceder-se no tempo de modo incremental, com o objetivo de facilitar e ordenar o acesso e estacionamento às praias de Ribeira d'Ilhas e da Foz do Lizandro, ambas encaixadas na foz das respetivas linhas de água. As intervenções dão uma resposta articulada a vários domínios, desde a acessibilidade pedonal e ciclável, à proteção dos ecossistemas costeiros e ribeirinhos de grande sensibilidade, valorizando do ponto de vista socioeconómico a singular paisagem atlântica como um recurso territorial significativo.

Por outro lado, a criação de percursos definidos, confortáveis e reconhecíveis permite o bom funcionamento hidráulico e ecossistémico da foz das Ribeiras. Por outro lado, a construção de vias pedonais de ligação das praias aos aglomerados próximos permite que circulação pedonal entre localidades seja feita em segurança, diminuindo a dependência de veículos automóveis.







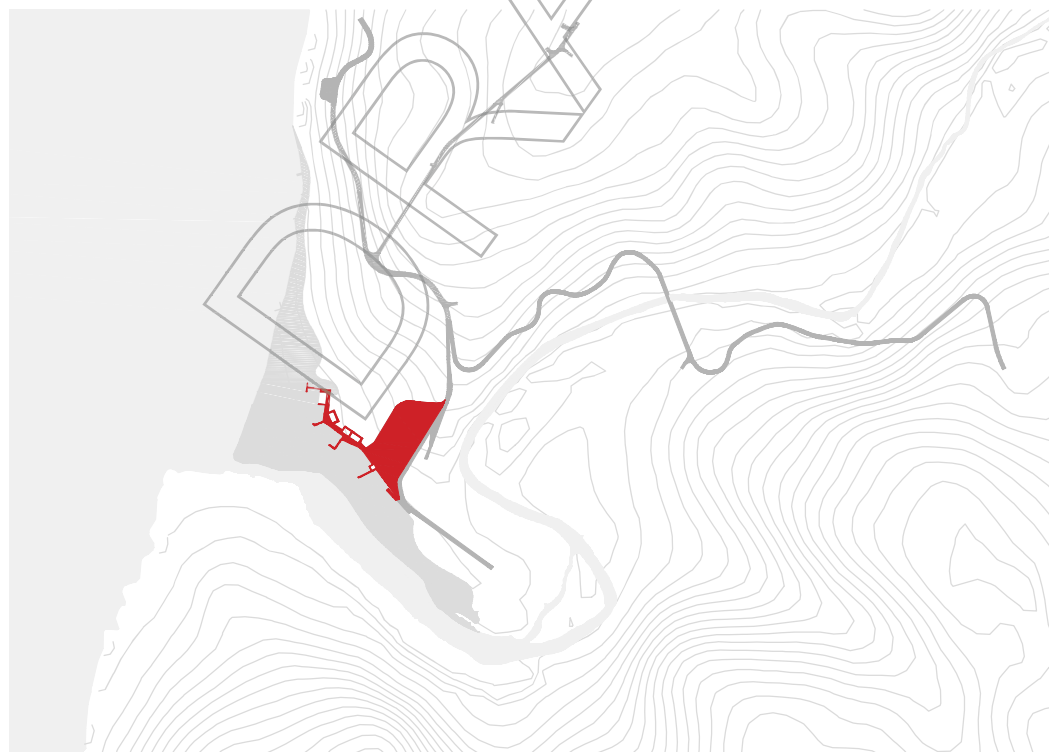






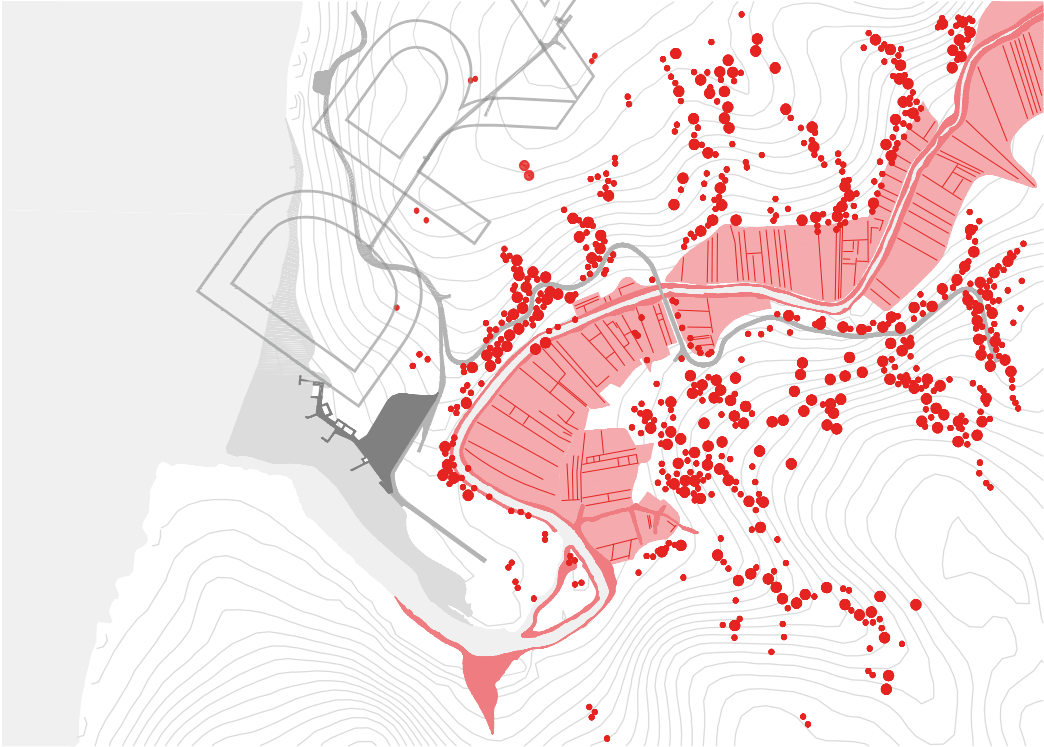
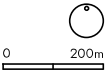
ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)



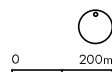
ESTRUTURA VERDE E AZUL

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Área de produção agrícola
- Zonas húmidas
- Arborização



MOBILIDADE

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Paragem de autocarro
- Estacionamento







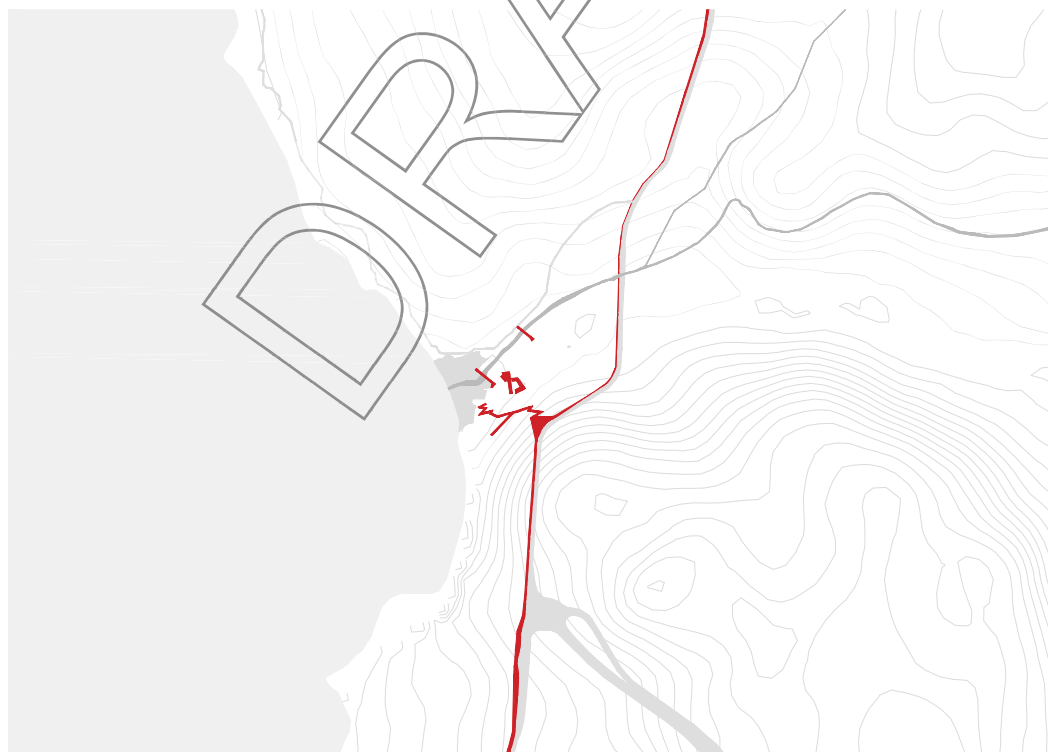






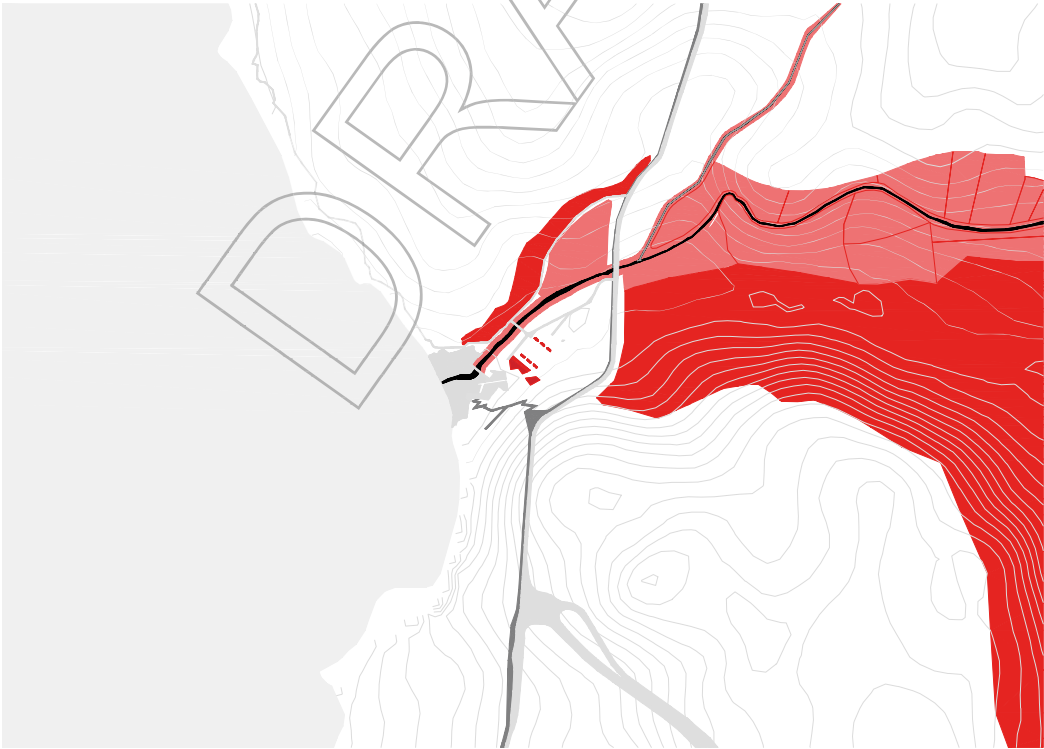
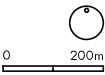
ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)



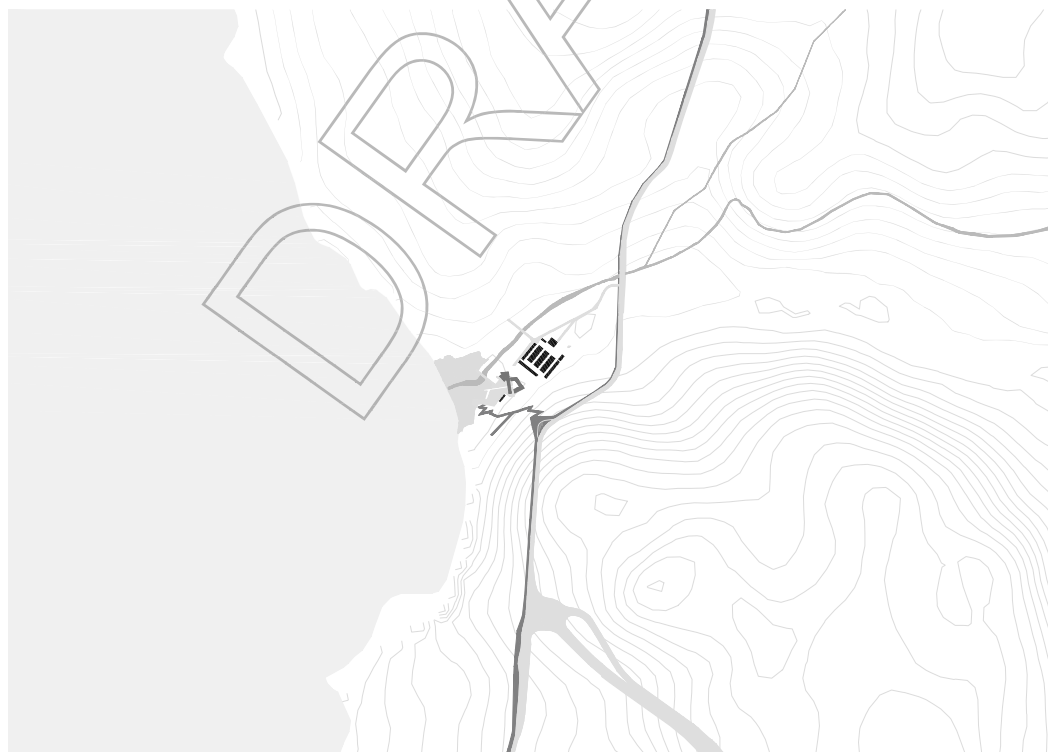
ESTRUTURA VERDE E AZUL

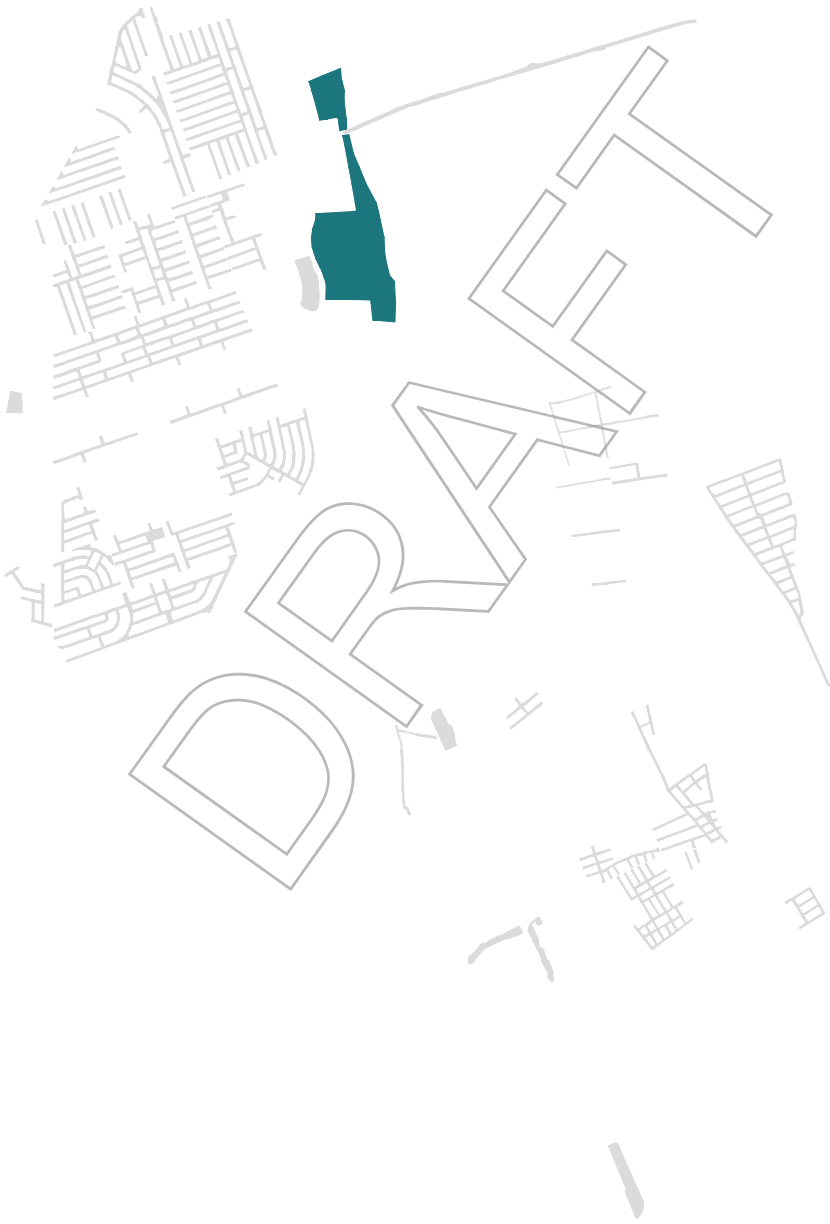
-  Espaço público (enquadramento)
-  Espaço público (caso de estudo)
-  Arvoredo denso
-  Área de produção agrícola
-  Zonas húmidas
-  Linhas de água
-  Arborização

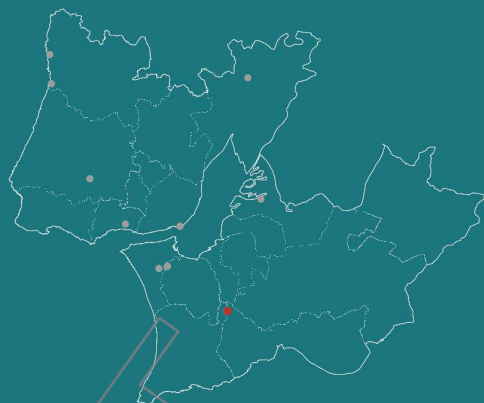


MOBILIDADE

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Estacionamento







06

PARQUES DA RIBEIRA DE COINA SESIMBRA

DRAFT

Município(s): Sesimbra

Equipa(s) projetista(s): N/D

Promotor(es): Câmara Municipal de Sesimbra

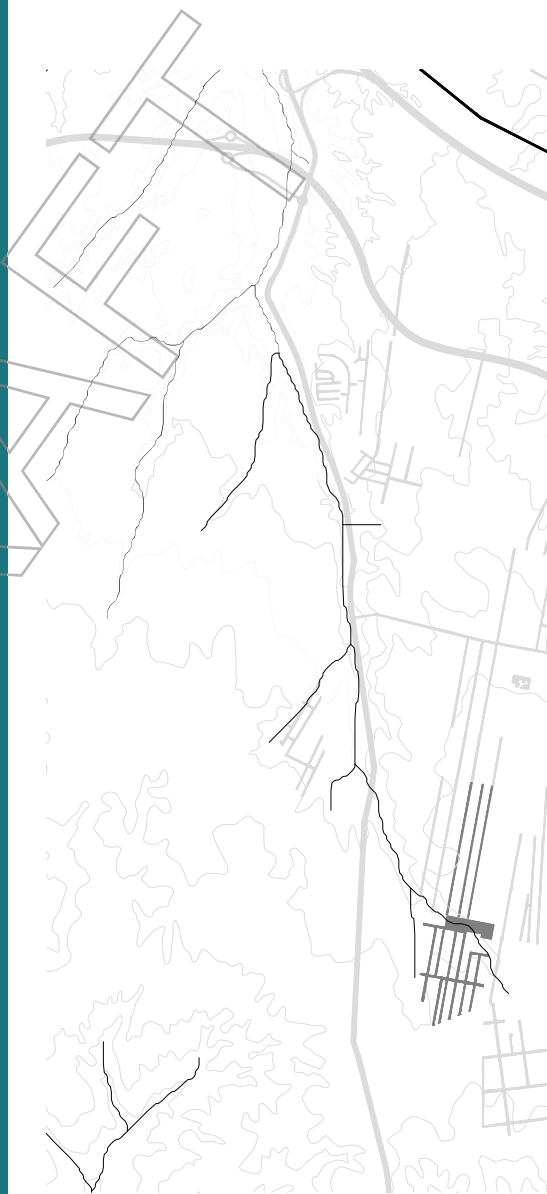
Investimento: 307 966,49 € (Parque da Ribeira da Quinta do Conde)

Datas-chave: 2010 (Parque Ecológico da Várzea); 2013 (Parque da Ribeira da Quinta do Conde);

Recuperação e valorização de linhas de água como reforço da infraestrutura verde e azul: o caso do Parque Ecológico da Várzea, na Quinta do Conde

A Ribeira de Coina constitui uma das mais importantes componentes da estrutura ecológica da Península de Setúbal, articulando o Estuário do Tejo com a Serra da Arrábida. A área intermédia da ribeira, marcada por extensas propriedades dominadas por charneca e pinhal, foi objeto de múltiplos processos de fracionamento urbano de génese ilegal a partir da década de 1960, de que se destaca a Quinta do Conde como exemplo. Com o declínio das atividades agrícolas e florestais envolventes, a ribeira e a várzea foram sendo sujeitas a pressões e ocupações que fragilizaram a sua integridade e valor ambiental. Foi como resposta ao desafio da sua reabilitação e valorização, que se implementaram os projetos do Parque Ecológico da Várzea e do Parque da Ribeira da Quinta do Conde, aproveitando terrenos marginantes e introduzindo valências de interesse ecológico, social, pedagógico e de produção de proximidade.

Os parques constituem-se como espaços multifuncionais, que incluem zonas de produção hortícola, associadas ao leito de cheia, equipamentos de apoio com atividades pedagógicas, lúdicas e desportivas, viveiros de plantas autóctones, parque de merendas e percursos interpretativos. A integração dos parques em percursos pedonais e cicláveis interligados com um território mais alargado, constitui um contributo relevante para a rede de mobilidade ativa de escala intermunicipal.

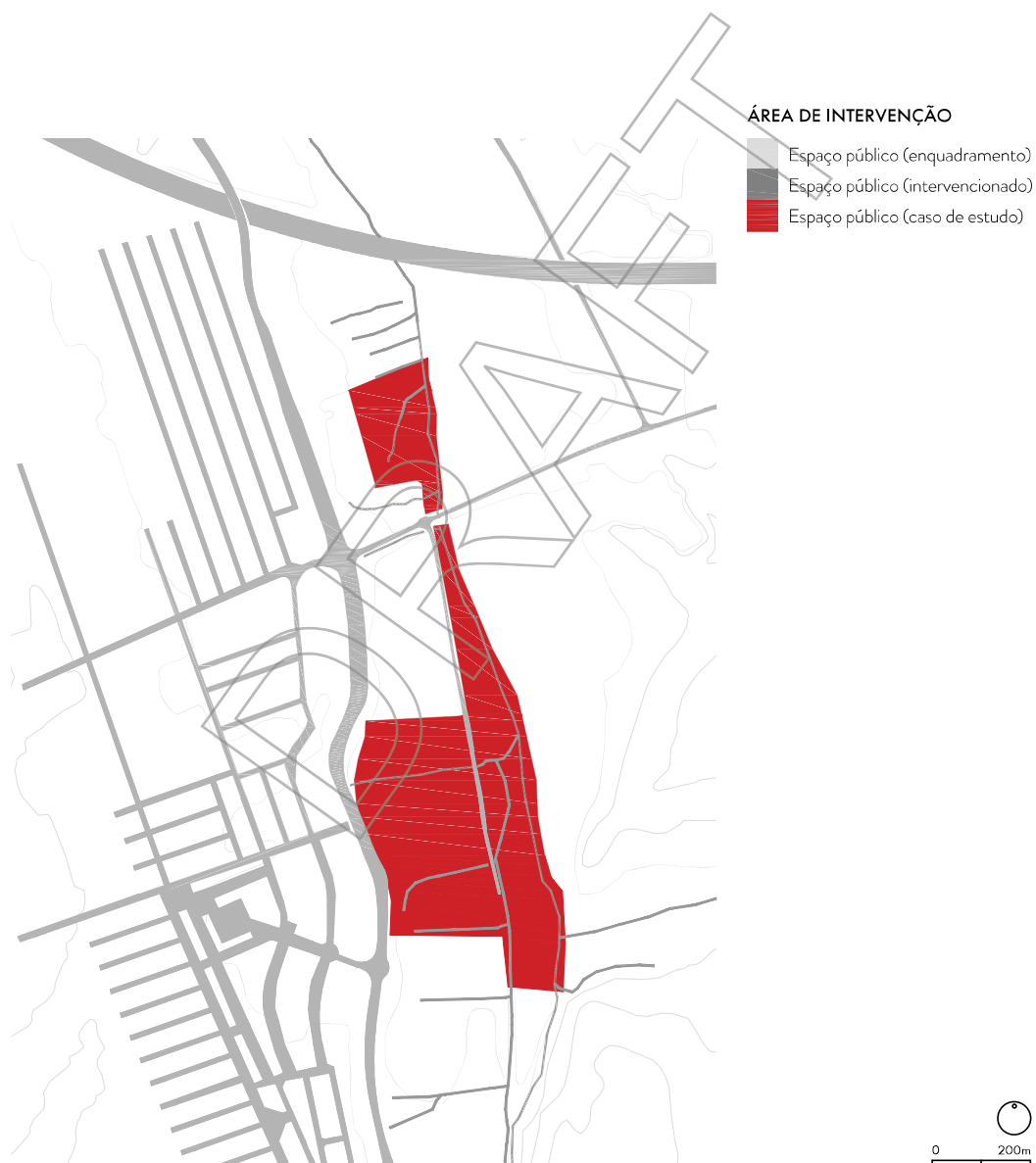














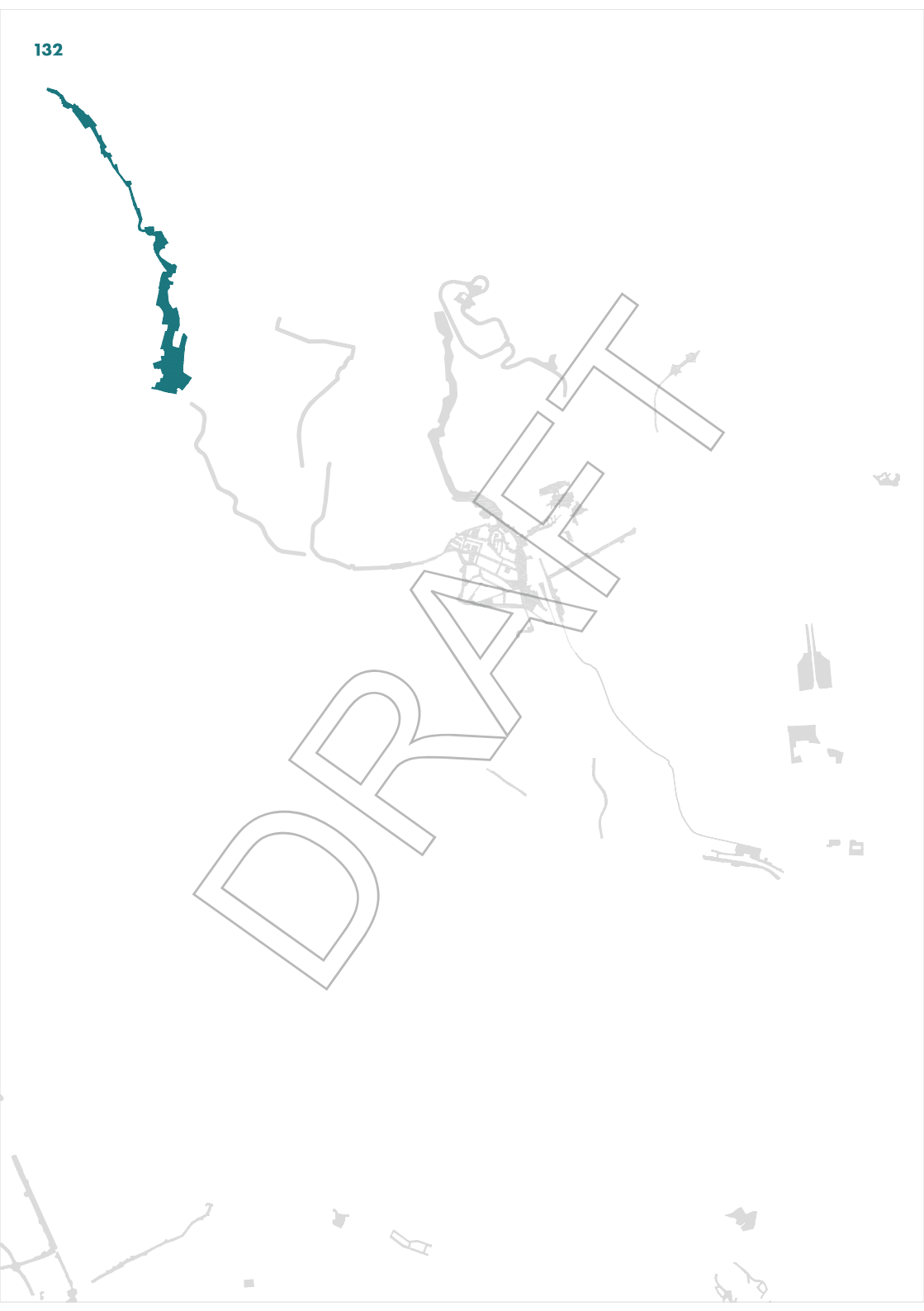


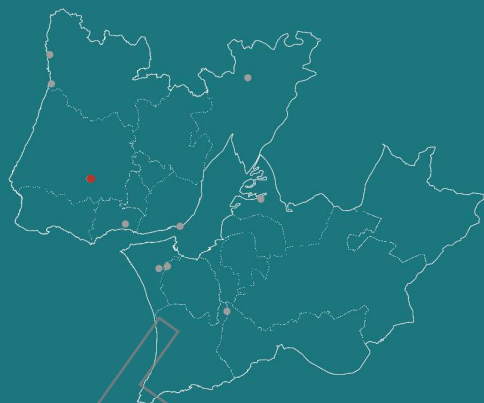












07

PARQUE LINEAR ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

SINTRA

DRAFT

Município(s): Sintra

Equipa(s) projetista(s): Bidesign, Ambiente e Paisagem, Lda.

Promotor(es): Câmara Municipal de Sintra

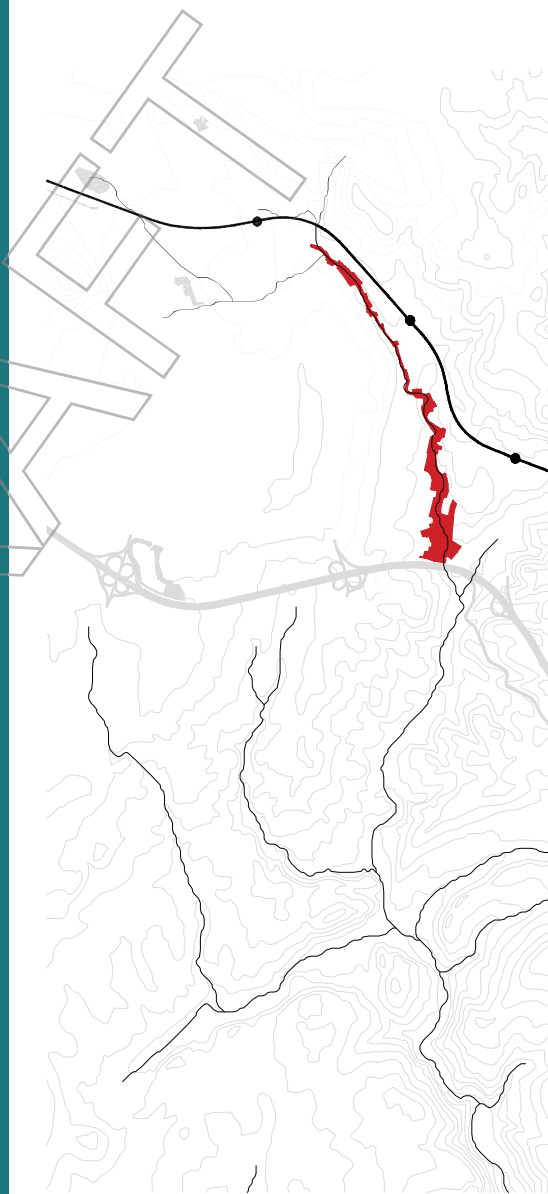
Investimento: 2 134 685€ (Portugal 2020 -
Desenvolvimento urbano sustentável)

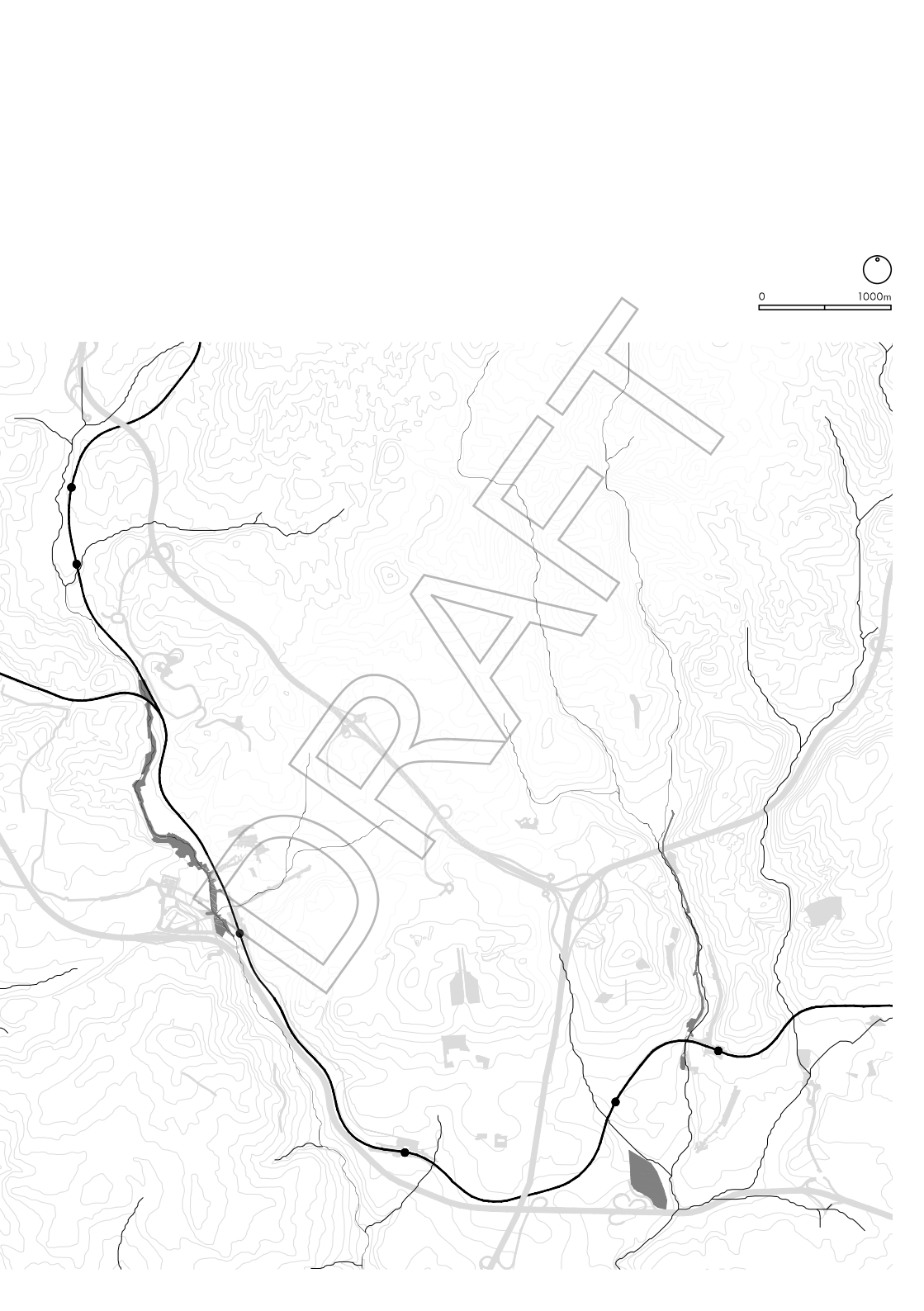
Datas-chave: 2019

Uma linha de água entre logradouros e espaços expectantes percorrida pelo Parque Linear de Algueirão – Mem Martins

A implementação do Parque Linear Algueirão – Mem Martins foi realizada com o objetivo de recuperar e valorizar a Ribeira da Laje como suporte de um parque linear ao longo da ribeira entre a Av. Vitorino Nemésio, artéria central de Mem Martins, e o Parque Urbano da Serra de Minas no seu limite sul, num eixo sensivelmente paralelo à linha ferroviária de Sintra. O território em que se insere é marcado por um processo de urbanização intenso, fragmentário e com carências de espaço verde e de espaços coletivos de fruição.

O parque desenvolve-se como uma sequência de espaços ao longo da ribeira, que se encontrava fortemente constrangida pela urbanização envolvente, permitindo a criação de espaços de fruição para a população vizinha, acrescentando valor ambiental, promovendo a regularização hídrica da ribeira e criando condições de atratividade para atividades comerciais e de emprego local. Ao intervir sobre logradouros e traseiras de edifícios, frequentemente vistos como áreas sobranes e sem lógica integrada com o sistema de espaços públicos, o parque linear revela espaços de oportunidade e introduz uma referência alternativa de imagem urbana.

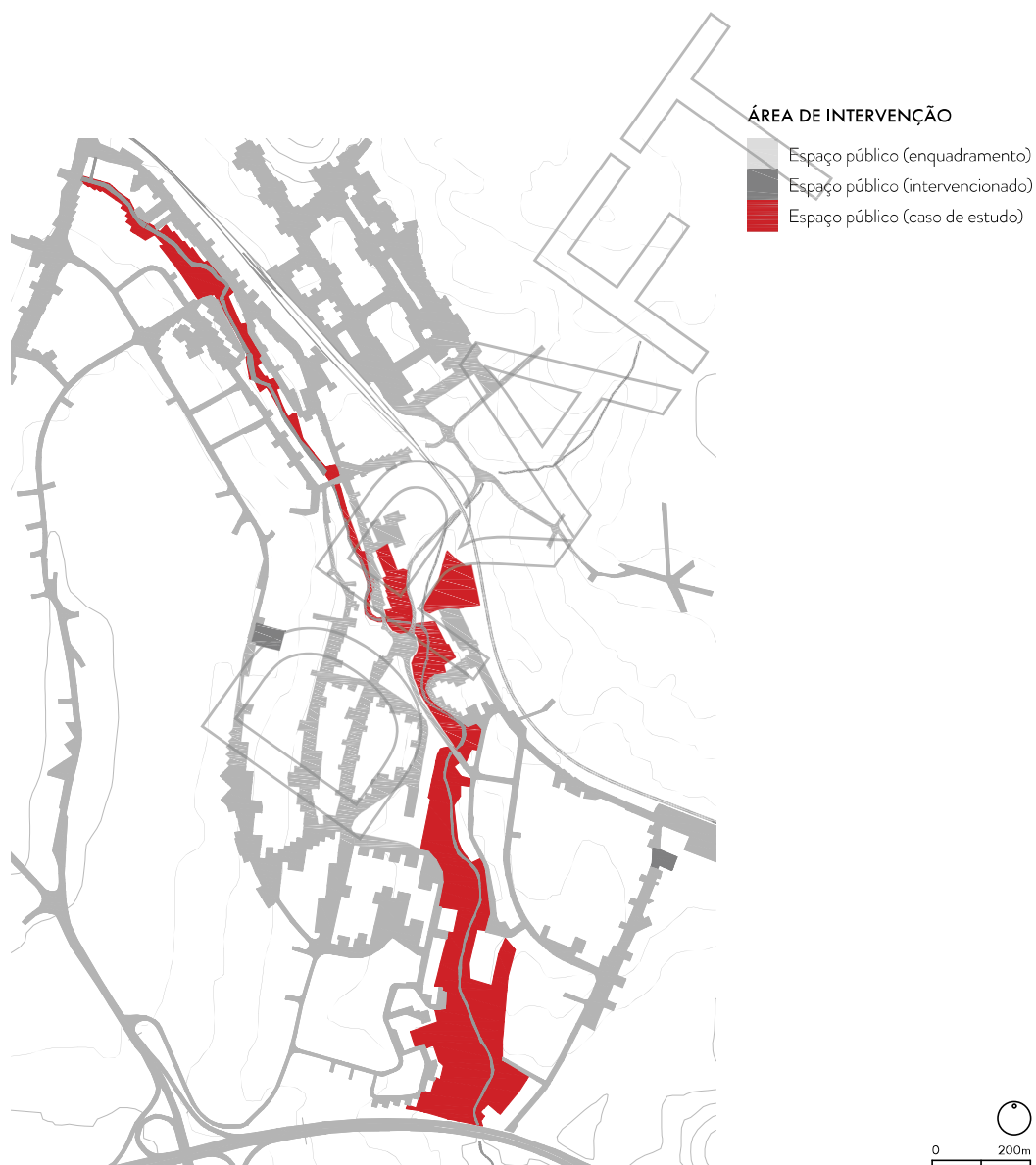


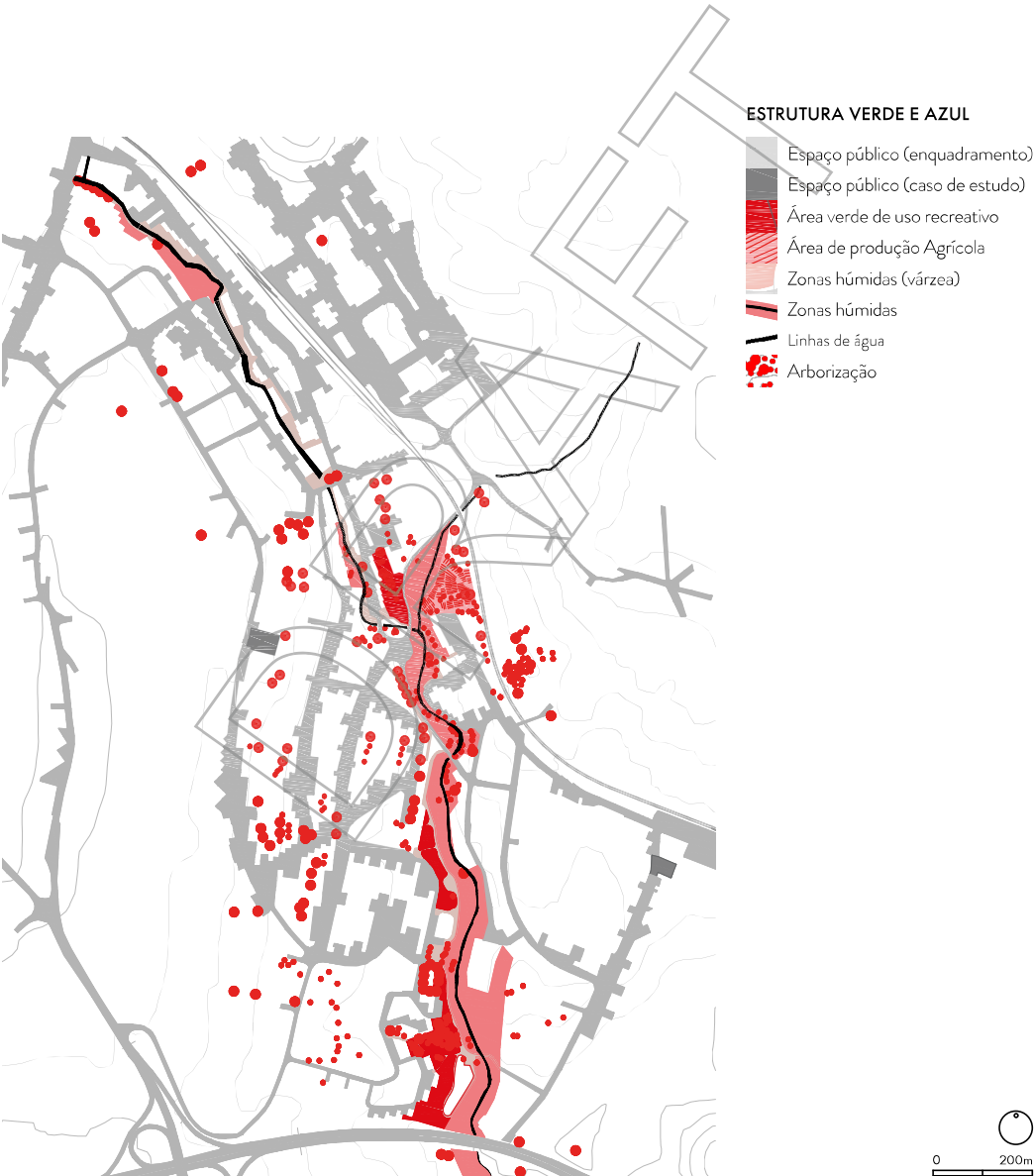








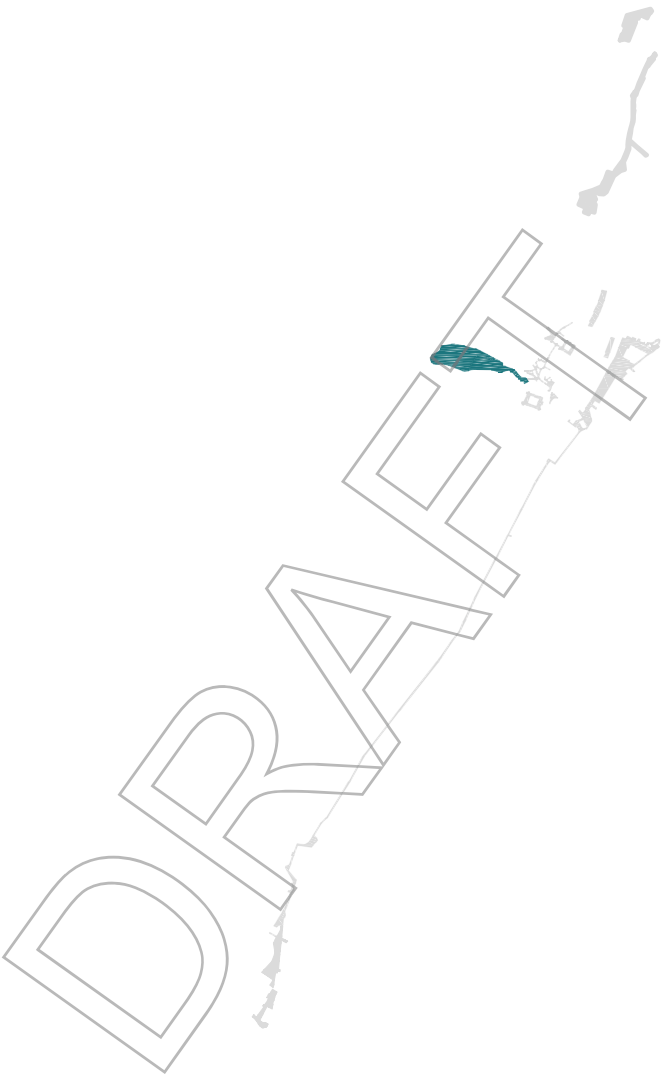


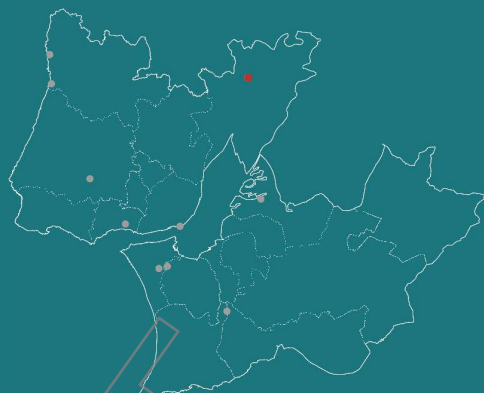












08

VALE DE SANTA SOFIA

VILA FRANCA DE XIRA

DRAFT

Município(s): Vila Franca de Xira

Equipa(s) projetista(s): Bidesign (1ª fase);
Arqº Paisagista Luis Cabral, ARPAS (2ª fase)

Promotor(es): Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Investimento: 2 005 000€ (FEDER)

Datas-chave: 2009 (1ª fase); 2018-19 (2ª fase)

Um eixo ecológico urbano no Vale de Santa Sofia em Vila Franca de Xira

O Parque Urbano Dr. Luis César Pereira implanta-se nas encostas e vale da Ribeira de Santa Sofia, a montante do núcleo urbano antigo de Vila Franca de Xira, enquadrado por uma malha urbana heterogénea maioritariamente urbanizada na década de 1980. O caráter declivoso do vale, a par das condicionantes ecológicas inerentes, a par de uma significativa fragmentação urbana e infraestrutural decorrente da presença da autoestrada A1 e da passagem de três adutoras de abastecimento de água da EPAL, resultaram num espaço pouco integrado no processo de crescimento urbano envolvente.

A construção do parque articula os objetivos de reabilitação ecológica de um troço de linha de água urbana, a dotação de condições de usufruto público de recreio e lazer e a integração de espaços infraestruturais, aproximando bairros residenciais mais periféricos ao centro histórico de Vila Franca de Xira.











ÁREA DE INTERVENÇÃO

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (intervencionado)
- Espaço público (caso de estudo)



ESTRUTURA VERDE E AZUL

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Área verde de uso recreativo
- Linha de água
- Arborização



**MOBILIDADE**

- Espaço público (enquadramento)
- Espaço público (caso de estudo)
- Interface / estação ferroviária
- Ferrovia
- Paragem de autocarro
- Ciclovia
- Passagem superior
- Marina de recreio









DRAFT





MetroPublicNet

uma rede metropolitana de espaço público
como suporte da cidade robusta, descarbonizada e coesa



metropublicnet.fa.ulisboa.pt

DRAFT



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Centro de Investigação
em Arquitetura, Urbanismo e

ISBN XXX-XXX-XXX-XXX-X 1/3



UNIVERSIDADE
DE LISBOA